U.PORTO

SEGUNDO CICLO DE ESTUDOS

CRIMINOLOGIA

Experiências de Violência e Vitimação nos Estabelecimentos Prisionais: Uma Perspetiva de Género

Andreia Sofia Campos Gomes

M

2026

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Criminologia, realizada sob a orientação da Professora Doutora Gilda Dias dos Santos e a coorientação da Professora Doutora Ana Margarida Amorim dos Santos

RESUMO

A violência e a vitimação em contexto prisional são fenómenos frequentes, cujos efeitos não se esgotam no tempo de reclusão: prolongam-se e interferem na adaptação ao quotidiano institucional, no bem-estar psicológico dos reclusos e no seu processo de reintegração social. Em Portugal, este tema tem sido pouco estudado, sobretudo com recurso a abordagens qualitativas que, para além de analisarem as experiências destes indivíduos, procurem explorar as potenciais diferenças no modo como indivíduos dos sexos masculino e feminino percecionam estas vivências. Assim, esta investigação teve como objetivo analisar, numa perspetiva de género, de que forma as experiências de vitimação e de violência vividas em contexto prisional influenciam a adaptação à prisão, a preparação para a saída e a reintegração social. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a dezasseis participantes (oito do sexo masculino e oito do sexo feminino), a cumprir pena em dois estabelecimentos prisionais situados na zona norte do país. Os resultados revelam diferenças de género em praticamente todas as dimensões analisadas, ainda que essas diferenças não sigam um padrão único: nalguns casos traduzem-se em intensidades distintas de vivência, noutros em significados diferentes atribuídos a experiências semelhantes. Um dos contrastes mais marcantes prende-se com o modo como homens e mulheres reagem à fragilidade do apoio institucional, constatando-se que as mulheres tendem a procurar nas relações informais dentro da prisão aquilo que as estruturas formais não garantem, enquanto os homens adotam uma postura mais desconfiada e defensiva, refletindo a perceção de uma resposta institucional mais reativa do que preventiva. Este estudo contribui para o conhecimento sobre a violência e a vitimação em contexto prisional, através de uma comparação pouco comum na investigação nacional, e reforça a necessidade de respostas institucionais atentas ao historial de vitimação de cada indivíduo.

Palavras-chave: vitimação; violência; género; adaptação prisional; reintegração social

ABSTRACT

Violence and victimization in the prison setting are common phenomena, the effects of which extend beyond the period of incarceration: they persist and interfere with inmates' adaptation to daily life within the institution, their psychological well-being, and their process of social reintegration. In Portugal, this topic has been little studied, particularly through qualitative approaches that, in addition to analyzing the experiences of these individuals, seek to explore potential differences in how male and female inmates perceive these experiences. Thus, the objective of this research was to analyze, from a gender perspective, how experiences of victimization and violence in a prison setting influence adaptation to prison, preparation for release, and social reintegration. Semi-structured interviews were conducted with sixteen participants (eight men and eight women) serving sentences in two prisons located in the northern part of the country. The results reveal gender differences in virtually all the dimensions analyzed, although these differences do not follow a single pattern: in some cases, they manifest as varying intensities of experience; in others, as different meanings attributed to similar experiences. One of the most striking contrasts relates to how men and women react to the fragility of institutional support: it was found that women tend to seek in informal relationships within the prison what formal structures do not provide, while men adopt a more distrustful and defensive stance, reflecting the perception of an institutional response that is more reactive than preventive. This study contributes to our understanding of violence and victimization in the prison context through a comparison that is uncommon in national research and reinforces the need for institutional responses that take into account each individual's history of victimization.

Keywords: victimization; violence; gender; prison adaptation; social reintegration

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não seria possível sem o apoio de várias pessoas especiais, a quem dedico estas primeiras palavras com todo o carinho.

Primeiramente, às minhas orientadoras, Professora Doutora Gilda Santos e a Professora Doutora Margarida Santos, o meu profundo agradecimento pelo acompanhamento próximo, pelo esclarecimento de todas as dúvidas, pela exigência e pela forma como souberam desafiar-me a ir sempre mais além. Levo comigo o rigor e o espírito crítico que me transmitiram ao longo deste ano, que certamente me acompanharão muito para além desta dissertação.

Gostaria, também, de expressar a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram para a realização desta investigação. Dirijo um especial agradecimento às Adjuntas de Direção dos Estabelecimentos Prisionais onde a recolha de dados foi realizada, Dra. Carlota Castro e Dra. Sofia Canário, pela simpatia, generosidade, atenção e disponibilidade com que me acolheram ao longo de todo o processo de recolha de dados. Agradeço, de igual modo, ao corpo de técnicos e guardas de ambos os estabelecimentos prisionais referidos. Não poderia, ainda, deixar de agradecer a todas as reclusas e a todos os reclusos que despenderam um pouco do seu tempo para participar neste estudo e que me confiaram algumas das suas experiências em contexto prisional.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional ao longo de todos estes anos, obrigada por acreditarem sempre em mim e nos meus sonhos, mesmo quando eu própria duvidei deles. Obrigada por cada sacrifício que fizeram, muitas vezes em silêncio, para que eu pudesse chegar até aqui. Acima de tudo, obrigada pelo amor incondicional que me deram e por estarem sempre prontos para me amparar, seja qual for a queda. Não há palavras que cheguem para agradecer tudo o que fazem por mim, sem vocês, nada disto seria possível.

À minha irmã, Cristiana, que desde sempre foi o melhor presente que eu tive na vida, obrigada por seres o meu porto seguro em todos os momentos, bons e maus. Obrigada por

me ouvires sem julgar, por me levantares quando eu própria não conseguia, e por acreditares em mim mesmo nos dias em que eu não acreditei. Acima de tudo por seres a melhor amiga que alguém pode ter. Sou grata todos os dias por te ter ao meu lado.

À minha avó Rosa, que todos os dias leva consigo uma grande parte de mim, o mais profundo e sincero obrigada. Obrigada por me ter criado com todo o amor e dedicação, por ser o colo a que sempre pude voltar, e por ter, em cada palavra amiga, o dom de me fazer sentir em casa. Levo-a comigo em cada página desta dissertação, como levo em cada passo da minha vida.

Aos meus tios, João, Angelina, Sérgio, Sílvia e Adriano, agradeço pela força e pela presença constante ao longo deste percurso, e por me fazerem sentir, em cada momento, que tinha uma segunda casa em cada um de vós. Ao Bruno, pela constante ajuda e presença.

Às minhas primas pequenas, Mafalda, Helena, Miriam e Benedita. A vossa inocência é desde que me lembro o meu refúgio.

Às minhas companheiras nesta viagem que foi a faculdade, Florinda, Andreia e Carolina, obrigada por tornarem esta aventura ainda mais especial. Convosco, os dias difíceis tornaram-se mais leves e as pequenas vitórias tornaram-se ainda maiores. Levo-vos comigo, com toda a certeza, para a vida.

Aos meus amigos que me acompanharam ao longo destes dois anos, Vasco, Helena, David, Afonso e Zé, obrigada pelos momentos em que me fizeram descontrair e desligar, mesmo nas fases mais intensas, e por me fazerem sentir em casa, mesmo quando estava longe da minha. À Beatriz, que foi um apoio constante em todas as vertentes da minha vida e uma das minhas maiores surpresas. Para além de uma das minhas melhores amizades, ofereceste-me sempre o conforto e a paz necessários. E à Matilde, que foi a pessoa que mais me encorajou, dia após dia, ao longo de todo o processo de escrita desta dissertação, um obrigada especial, sem o teu incentivo, este caminho teria sido bem mais difícil.

À D. Alexandra e à sua família, por me terem feito sentir em casa durante estes dois anos e por me terem acolhido como se de família se tratasse.

Ao Carlos, que me deu aquilo que nunca tive, segurança, compreensão e um apoio que me faz sentir capaz de tudo. Obrigada por estares ao meu lado.

À minha tia Zorinha e à minha avó Maria. Começámos juntas este capítulo da minha vida e, embora infelizmente não o tenham concluído fisicamente a meu lado, sei que me acompanham em alma em cada passo que dou. Como li uma vez, «*a saudade é o azar de quem teve muita sorte, afinal só sente saudade quem ama, e só deixa saudade quem foi amor*». Tive a maior das sortes por vos ter tido na minha vida. Esta conquista é para vocês.

ÍNDICE

ABSTRACT ii
AGRADECIMENTOS iii
INTRODUÇÃO 1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO 3
1. O contexto prisional: entre o controlo e a reintegração 3
1.1 O estabelecimento prisional como instituição total e as dinâmicas de poder **3**
2. Delimitação Conceptual: Violência, Vitimação e as suas Consequências 5
2.1. O conceito de violência e o processo de vitimação em contexto prisional **5**
2.2. Consequências da violência e da vitimação: impactos psicológicos, emocionais e comportamentais **8**
3. O Impacto da Violência e Vitimação na Adaptação Prisional: Modelos Teóricos e Evidência Empírica 10
3.1. O processo de prisionização e os modelos da privação e da importação **10**
3.2 Evidência empírica no contexto nacional e internacional **13**
4. A Influência da Vitimação e da Violência na Preparação para a Saída e Reintegração Social 14
4.1. A preparação para a saída: conceito e o impacto das experiências de violência **14**
4.2. Barreiras à reintegração na comunidade: o impacto da violência e da vitimação **17**
CAPÍTULO II - METODOLOGIA 19
1. Desenho de investigação 19
2. Objetivos do estudo 20
3. Constituição da amostra 20
4. Instrumentos de recolha de dados 27
4.1 Questionário sociodemográfico **27**
4.2 Entrevista semiestruturada **27**
5. Procedimentos de recolha de dados 30
6. Procedimentos de análise de dados 33
6.1 Análise de estatística descritiva **33**
6.2 Análise temática **33**
CAPÍTULO III – RESULTADOS 35
1. Significados atribuídos à reclusão 36

2. Impacto emocional, psicológico e adaptação ao quotidiano prisional 37
Impacto emocional e psicológico da reclusão **38**
Estratégias de gestão do quotidiano e mudanças percecionadas **39**
3. Violência, vitimação e resposta institucional 41
Perceções de segurança, vitimação e vulnerabilidade à violência **41**
Resposta institucional: guardas, técnicos e perceções de equidade **45**
4. Preparação para a saída e perspetivas de reintegração 48
Apoios percebidos e preparação no estabelecimento feminino **48**
Ausência de preparação e frustração no estabelecimento masculino **50**
CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO 52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 67
ANEXOS 76
Anexo I: Termo de Consentimento Informado 76
Anexo II: Questionário Sociodemográfico 79
Anexo III: Guião de Entrevista Semiestruturada 83

INTRODUÇÃO

Os estabelecimentos prisionais constituem instituições centrais no sistema de justiça penal orientadas para a execução de penas privativas de liberdade e formalmente delimitadas por finalidades que englobam a punição, a proteção da sociedade e a reintegração social dos indivíduos condenados. Contudo, a evidência criminológica tem vindo a demonstrar que o quotidiano prisional é permeado por dinâmicas complexas de poder, de controlo e de disciplina as quais, frequentemente, se revelam difíceis de conciliar com a finalidade ressocializadora da pena (Foucault, 1975; Garland, 2001).

A vitimação em contexto prisional não constitui um fenómeno homogéneo, sendo profundamente mediada por relações de poder que incluem, entre outras dimensões estruturais, o género, a classe social e a etnia (Wacquant, 2009). As experiências de violência afetam de forma decisiva o processo de adaptação à prisão, comprometendo o bem-estar físico e psicológico dos indivíduos e condicionando tanto o cumprimento das normas institucionais como a participação em programas de reinserção social (Bottoms, 1999; Crewe, 2009). Importa, ainda, sublinhar que estas experiências não se esgotam no período de reclusão, podendo projetar-se no tempo e condicionar a preparação para a saída em liberdade e a consequente reintegração social (Maruna, 2001; Liebling, 2004).

A necessidade desta análise é reforçada pela própria dimensão do fenómeno. A nível mundial encontram-se, atualmente, cerca de 11,5 milhões de pessoas em reclusão (Fair & Walmsley, 2024), e os dados disponíveis mostram que a violência é parte recorrente do quotidiano destas instituições. A título de exemplo, o estudo de Wolff et al. (2007), no qual foram aplicados inquéritos em catorze estabelecimentos prisionais norte-americanos, revelou que aproximadamente um em cada cinco reclusos relatou ter sido alvo de alguma forma de violência física nos seis meses anteriores. Estes valores captam, porém, apenas a face visível do problema. Boa parte da vitimação nunca chega aos registos institucionais, seja por receio de represálias, por desconfiança face ao sistema, ou porque o próprio silêncio funciona como estratégia de sobrevivência intramuros. O contraste é evidente num estudo conduzido num estabelecimento prisional português, no qual foi demonstrado que enquanto os registos oficiais apontavam para 3,2% de reclusos vitimados, o autorrelato dos próprios revelava uma prevalência de 78,5% no mesmo período (Braga et al., 2019).

Em Portugal, a investigação sobre esta realidade é ainda escassa, tornando-se mais evidente quando se procura realizar uma análise comparativa em função do género dos indivíduos. A população prisional portuguesa ronda os 12 900 reclusos, dos quais cerca de 7% são mulheres (DGRSP, 2025), uma minoria cuja experiência de vitimação permanece largamente por documentar. É precisamente a escassez de estudos em Portugal sobre esta temática, em particular de investigações de natureza qualitativa que incluam indivíduos de ambos os géneros, que confere pertinência à presente dissertação.

Face à relevância deste fenómeno e à necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a realidade nacional, o presente estudo tem como objetivo analisar de que forma as experiências de vitimação e de violência vivenciadas em contexto prisional influenciam o processo de adaptação à prisão, bem como a preparação para a saída e a futura reintegração social. Através de uma abordagem qualitativa, pretende-se explorar as perceções e os significados atribuídos pelos próprios indivíduos às suas experiências de reclusão, considerando as respostas institucionais, as dinâmicas relacionais estabelecidas no interior da prisão e as diferenças associadas ao género e ao tipo de crime.

Para o cumprimento destes objetivos, a presente dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos, para além desta introdução e das respetivas conclusões. O capítulo I dedica-se ao enquadramento teórico, explorando a natureza do estabelecimento prisional enquanto instituição total, a delimitação conceptual da violência e vitimação, os modelos de adaptação à prisão e, por fim, o impacto destas dinâmicas na preparação para a saída e na reintegração social, integrando de forma transversal a perspetiva de género. O capítulo II detalha o percurso metodológico, fundamentando a opção pela investigação qualitativa e descrevendo os procedimentos de recolha e análise de dados. O capítulo III é reservado à apresentação dos resultados empíricos. Por último, o capítulo IV destina-se à discussão dos resultados, incluindo a identificação das limitações do estudo e a reflexão sobre as suas implicações para a teoria e prática.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O contexto prisional: entre o controlo e a reintegração

1.1 O estabelecimento prisional como instituição total e as dinâmicas de poder

Os estabelecimentos prisionais nem sempre foram a resposta central do sistema penal à criminalidade, ao contrário do que hoje se tende a assumir. Embora sejam frequentemente percebidos como mecanismos permanentes de punição e correção, a consolidação da privação de liberdade como sanção dominante é relativamente recente (Foucault, 1975). Como sublinha Sykes (1958), durante um largo período, a prisão funcionava como uma etapa transitória do processo penal, na qual o indivíduo aguardava a aplicação de punições corporais ou a pena de morte.

Foi a progressiva afirmação da privação de liberdade enquanto sanção penal de referência transformou os estabelecimentos prisionais em mecanismos de gestão da criminalidade. A literatura criminológica passou então a reconhecer que estes estabelecimentos ultrapassam a sua função enquanto mero instrumento jurídico, constituindo-se como uma "*instituição total*" (Goffman, 1961), um local de residência e de trabalho onde um elevado número de indivíduos, separados da sociedade envolvente por um período significativo de tempo, partilham um quotidiano fechado, rigidamente regulado e formalmente administrado. A prisão trata-se, assim, como uma estrutura social complexa, marcada por relações de poder, dinâmicas informais e experiências subjetivas profundamente condicionadas por desigualdades sociais (Foucault, 1975).

Ao deslocar o foco analítico para o "mundo do recluso", Goffman (1961) descreveu como o ingresso na *instituição total* representa o início de um processo de "*mortificação do eu*", no qual o indivíduo é gradualmente privado dos seus papéis sociais, dos laços afetivos e dos valores identitários construídos no exterior. Adaptar-se ao encarceramento passa por interiorizar rotinas coletivas, submeter-se a regras estritas e aceitar uma nova ordem social que reduz drasticamente a autonomia e exige conformidade contínua (Goffman, 1961).

Nem todas as dinâmicas de poder em contexto prisional se expressam através de mecanismos repressivos diretos, muitas são antes operacionalizadas por instrumentos disciplinares orientados para a regulação de comportamentos e para a produção de sujeitos

conformes (Foucault, 1975) É o que Foucault (1975) ilustra através do modelo panótico, exemplificando como a vigilância permanente e potencialmente invisível induz o indivíduo a um estado contínuo de autocontrolo: ao não saber quando está a ser observado, o recluso acaba por policiar o seu próprio comportamento.

Ainda assim, uma leitura centrada exclusivamente nos modelos clássicos de controlo disciplinar revela-se insuficiente para compreender os estabelecimentos prisionais contemporâneos. De acordo com Crewe (2011), o poder institucional evoluiu para contornos mais subtis, operando através de um *soft power* assente numa gestão psicológica intensiva e numa "governação por meio da incerteza" (Drake, 2012). Este poder atua através da administração das expectativas do recluso, da atribuição seletiva de privilégios e da avaliação contínua do comportamento para efeitos de progressão de pena. Ao exigir uma adaptação constante a esta incerteza e dependência institucional, o sistema intensifica a vulnerabilidade que se manifesta em formas de sofrimento simbólico e emocional, para além da coerção física (Crewe, 2011; Drake, 2012).

O contexto prisional pode, assim, ser compreendido como um espaço marcado pela coexistência de múltiplas formas de poder, onde os dispositivos disciplinares descritos por Foucault (1975) convergem com as dinâmicas contemporâneas de controlo psicológico identificadas por Crewe (2011), construindo um ambiente no qual a sobrevivência quotidiana implica uma negociação constante com uma autoridade simultaneamente omnipresente e, muitas vezes, invisível (Liebling, 2004).

Concebida historicamente segundo um modelo androcêntrico organizado, portanto, população masculina, a arquitetura e as rotinas da instituição prisional impõem mecanismos disciplinares que afetam as mulheres reclusas de forma desproporcional e específica (Carlen, 1983; Kruttschnitt & Gartner, 2003). Carlen (1983) argumenta que o controlo exercido nos estabelecimentos femininos assume frequentemente um caráter fortemente moralizador e infantilizador, procurando não apenas punir a infração legal, mas também disciplinar a mulher que transgrediu as expectativas sociais tradicionais de docilidade e domesticidade. O processo de "*mortificação do eu*" descrito por Goffman (1961) adquire, deste modo, contornos singulares na experiência feminina, onde a regulação institucional recai de forma muito mais intrusiva sobre o corpo, a intimidade e a identidade materna (Crewe et al., 2017). A vigilância e o *soft power* contemporâneo tendem, assim, a patologizar e a escrutinar o

comportamento feminino de forma mais minuciosa. Isto demonstra que a autoridade intramuros é profundamente estruturada pelas desigualdades de género preexistentes na sociedade exterior.

A leitura de um estabelecimento prisional como instituição total nem sempre resiste, porém, ao escrutínio empírico. Ellis (2021), com base num estudo etnográfico de doze meses realizado numa prisão feminina norte-americana, defende que um estabelecimento prisional é, na prática, mais "poroso" do que aquilo que o modelo de Goffman (1961) sugere. Através da análise do papel da religião em contexto prisional, a autora demonstra que influências, recursos e práticas provenientes do exterior podem atravessar os limites da instituição e moldar a experiência subjetiva da reclusão. Esta visão não invalida a utilidade analítica do conceito de *instituição total* mas convida a relativizar o seu carácter absoluto, evidenciando que as prisões mantêm relações permanentes com outras instituições e com a sociedade envolvente.

2. Delimitação Conceptual: Violência, Vitimação e as suas Consequências

2.1. O conceito de violência e o processo de vitimação em contexto prisional

Numa análise da realidade prisional, os conceitos de violência e de vitimação surgem frequentemente associados, exigindo uma distinção concetual rigorosa entre o ato agressivo e a experiência subjetiva do dano. A violência é convencionalmente definida como um ato ou uma prática observável que envolve o uso intencional da força física, coerção ou imposição de poder, resultando, ou tendo elevada probabilidade de resultar, em lesão, dano psicológico ou privação (Krug et al., 2002). A vitimação, por sua vez, diz respeito à experiência subjetiva do dano por parte de quem o sofre, moldada pela forma como o indivíduo interpreta, sente e atribui significado a esse ato (Walklate 2011). Por isso mesmo, o mesmo comportamento violento pode ser devastador para um recluso e relativamente irrelevante para outro, dependendo da sua história pessoal e do significado atribuído ao episódio.

A distinção não é apenas académica. Ser alvo de um ato de violência não implica, por si só, ser reconhecido, nem pelo próprio nem pelos que o rodeiam, como vítima desse ato. Christie (1986), num dos textos que viriam a marcar a vitimologia crítica, mostrou como esse

reconhecimento resulta de um processo de atribuição social e não de uma consequência automática do dano sofrido. Dentro dos muros da prisão, este descolamento entre ato e experiência é particularmente visível. O estudo de Hoek et al. (2025), desenvolvido a partir de entrevistas com reclusos sobre episódios concretos de conflito, ilustra bem como esta distinção se materializa na prática. Em várias situações descritas, uma provocação verbal desencadeia uma agressão física, seguida de uma resposta violenta, o que torna ténue a fronteira entre quem agride e quem é vitimado. Esta confusão de papéis só se compreende se aceitarmos, como argumentam Edgar et al. (2003), que a violência prisional nasce sobretudo da forma como os próprios reclusos interpretam as intenções uns dos outros: o mesmo ato pode ser lido por um como ameaça e por outro como simples afirmação de estatuto, dando origem a uma vitimação distinta a partir de um ato objetivamente semelhante. Falta ainda referir a questão do tempo. Com efeito, a violência tende a ser um episódio delimitável, com início e fim, enquanto a vitimação é, pelo contrário, um processo que pode continuar muito depois do episódio que a originou ter terminado (McGarry & Walklate, 2015).

No contexto da reclusão, este fenómeno não se esgota nas agressões físicas diretas. Assume antes um caráter multidimensional, difuso e estrutural que afeta o quotidiano dos reclusos através de diversas tipologias que frequentemente se sobrepõem (Liebling & Arnold, 2004; Sykes, 1958).

A forma mais visível é a violência física e interpessoal que se manifesta através do exercício direto de força, de agressões ou de ameaças à integridade corporal. Este tipo de violência pode ocorrer de forma horizontal, entre os próprios reclusos, frequentemente motivada por dinâmicas de sobrevivência, disputas por recursos escassos, extorsão ou afirmação de estatuto na hierarquia informal da prisão (Ireland, 2002). Em simultâneo, pode assumir uma dimensão vertical quando envolve o abuso de autoridade, a intimidação ou o uso desproporcional da força por parte do corpo de guardas prisionais, perpetuando um ambiente de medo (Crewe et al., 2015).

Já a violência institucional, por seu turno, não decorre de um agente individual, mas das próprias práticas e regulamentos da organização prisional: regimes excessivamente rígidos, arbitrariedade administrativa, sobrelotação e falta de acesso a cuidados básicos de saúde. A esta acrescem ainda práticas de humilhação sistémica, como revistas íntimas

indiscriminadas, que contribuem ativamente para a degradação do clima relacional e para a perceção de ilegitimidade do sistema (Liebling & Arnold, 2004).

Uma terceira dimensão, mais difícil de identificar, mas não menos lesiva, é a violência emocional e de controlo, que se reproduz através da gestão da incerteza, da imprevisibilidade e da manipulação das expectativas (Crewe, 2011; Drake, 2012). Ao utilizar a atribuição de privilégios, as transferências de ala ou os relatórios de avaliação como mecanismos de coação, a instituição impõe uma dependência contínua que desgasta a autonomia e a saúde mental do indivíduo, exercendo aquilo que Crewe (2011) designa como um poder suave (*soft power*), mas extremamente intrusivo.

Há, por fim, uma quarta camada, mais subtil que todas as anteriores: a violência simbólica. Esta atua de forma mais subtil, materializando-se através da estigmatização, da desvalorização constante e da erosão da identidade pessoal e social do indivíduo. Na perspetiva de Bourdieu (1989), estas formas de dominação simbólica contribuem para a naturalização das desigualdades e para a internalização da posição subordinada pelos dominados. Medidas como a atribuição de um número em substituição do nome, a imposição de utilização de uma farda ou a limitação do contacto com o exterior constituem formas de mortificação do "eu" que produzem dano psicológico severo, mesmo na ausência de episódios físicos ou ameaças explícitas (Goffman, 1961).

A vitimologia teórica tem igualmente sublinhado a complexidade deste processo e a necessidade de compreender as múltiplas dimensões da experiência da vítima (Fattah, 1991). No meio prisional, trata-se sobretudo de um fenómeno cumulativo, onde o isolamento e a impossibilidade de fuga transformam a vitimação num estado de antecipação constante, profundamente exacerbado pelo clima moral da instituição (Drake, 2012; Liebling, 2004). Algumas pesquisas, como os trabalhos paradigmáticos de Crewe (2009) e Ricciardelli (2014), sublinham que a perceção de ameaça contínua altera a própria forma como o indivíduo lê o espaço e as intenções dos outros. Deste modo, a expectativa de um novo ataque ou a presença de coerção invisível são suficientes para infligir um impacto severo, convertendo a vitimação num estado de medo persistente e hipervigilância que corrói o bem-estar do recluso, mesmo na ausência de episódios físicos reiterados (Ireland, 2002).

Quando analisado através de uma lente de género sustentada por estudos qualitativos, este processo de vitimação revela contornos estruturalmente distintos para as mulheres.

Investigações assentes em narrativas de vida demonstram que, para a população feminina, a vitimação prisional atua, na esmagadora maioria dos casos, como um *continuum* de trajetórias de abuso físico, sexual e emocional sofridas no exterior, o que as torna particularmente suscetíveis à reativação do trauma no interior das grades (Chesney-Lind & Pasko, 2013). Através de entrevistas, autoras como Bosworth (1999) revelam que as mulheres reclusas identificam a vitimação não tanto através de agressões físicas entre pares, mas sobretudo na esfera emocional e institucional. Práticas organizacionais de rotina, como as revistas íntimas, a privação de bens de higiene, a rutura forçada da intimidade e a ameaça de perda de contacto com os filhos, são experienciadas como formas de vitimação profunda. A evidência empírica corrobora esta perspetiva, uma vez que a violência institucional produz a degradação e desumanização que tendem a silenciar as mulheres e a invisibilizar o sofrimento associado ao encarceramento, perpetuando formas de violência altamente específicas da experiência feminina (Scraton & Moore, 2006).

2.2. Consequências da violência e da vitimação: impactos psicológicos, emocionais e comportamentais

As repercussões destes episódios de violência e vitimação estendem-se muito além do episódio inicial, moldando a experiência de encarceramento através de impactos psicológicos, emocionais e comportamentais profundos (Facer-Irwin et al., 2023). A exposição a eventos traumáticos na prisão, como o abuso, a coerção e o isolamento, associa-se ao desenvolvimento de sintomatologia de stress pós-traumático, indicando que a instituição atua frequentemente como produtora ou intensificadora de trauma (Piper & Berle, 2019). Facer-Irwin et al. (2019), concretamente, identificaram associações robustas entre a Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD) e quadros de depressão, ansiedade, consumo de substâncias e comportamentos suicidas, demonstrando a coexistência de múltiplas vulnerabilidades psicológicas que se traduzem em sofrimento clinicamente relevante entre a população reclusa.

O dano não fica confinado à esfera psicológica interna, sendo que se projeta também nas dinâmicas comportamentais. Facer-Irwin et al. (2023) associam a presença de PTSD a uma maior probabilidade de envolvimento em incidentes violentos intramuros, padrão relacionado com hiperatividade e reatividade. Existe ainda uma dimensão mais subjetiva da

experiência prisional: muitos reclusos vivem o encarceramento num clima permanente de insegurança e hipervigilância. Martens e Crewe (2025) verificaram que, em contextos prisionais marcados por relações de pouca confiança com o staff, os reclusos desenvolvem uma noção de segurança mais limitada e condicionada à vigilância permanente, o que os autores designam por *bounded safety*. O sofrimento psicológico em contexto prisional não decorre, assim, apenas de episódios pontuais de violência, mas também de condições estruturais inerentes ao próprio ambiente prisional, que comprometem o bem-estar psicológico e limitam os recursos disponíveis para gerir o stress.

Certas práticas punitivas, como o confinamento solitário, encontram-se associadas a um agravamento substancial da deterioração psicológica e a um aumento do risco de comportamentos autolesivos, o que sugere que determinadas medidas coercivas podem contribuir significativamente para a produção de dano em contexto prisional (Luigi et al., 2020). Existem fatores protetores, como o suporte social e as redes de amizades intramuros, capazes de regular o stress (Edison & Haynie, 2023), ainda assim, o sistema prisional continua a exercer uma "violência lenta", caracterizada pelo silenciamento estrutural e pela profunda negligência das necessidades básicas e de saúde mental destas mulheres (Fedock et al., 2024).

Este quadro de subnotificação e trauma não é neutro em termos de género. A população masculina tende a externalizar o dano associado à vitimação através da reatividade disciplinar e de comportamentos de insubordinação; nas mulheres, pelo contrário, as consequências são predominantemente internalizadas. No contexto prisional português, o estudo de Matos e Machado (2007) com jovens reclusas documenta testemunhos de desespero emocional associado à reclusão, incluindo, em alguns casos, referências à ideação suicida como expressão extrema do sofrimento vivido. Para estas mulheres, as dimensões mais dolorosas e traumatizantes da reclusão prendem-se diretamente com a perda de autonomia, a invasão da intimidade e a avassaladora rutura dos laços familiares (Crewe et al. 2017). Como assinalam Granja et al. (2015), o distanciamento forçado dos filhos agrava um estado de ansiedade relacional que as meras estatísticas de incidentes disciplinares frequentemente falham em captar, erguendo uma barreira estrutural invisível aos futuros esforços de reintegração na comunidade.

3. O Impacto da Violência e Vitimação na Adaptação Prisional: Modelos Teóricos e Evidência Empírica

3.1. O processo de prisionização e os modelos da privação e da importação

Compreender as experiências de violência e de vitimação em contexto prisional exige modelos explicativos que integrem fatores individuais, sociais e institucionais subjacentes a estes fenómenos (Blevins et al., 2010). Os dois modelos clássicos aqui apresentados, o modelo da privação e o modelo da importação, foram originalmente formulados para explicar o processo de adaptação à prisão e a emergência de uma cultura reclusa. Ainda assim, dado que o estudo pretende analisar precisamente a relação entre vitimação, violência e adaptação, estes modelos constituem um quadro teórico incontornável para compreender como as condições institucionais e as trajetórias individuais estruturam a vulnerabilidade ao dano.

Um ponto de partida útil é o conceito de *prisionização* proposto por Clemmer (1940), entendido como o processo através do qual os indivíduos, ao ingressarem na prisão, vão assimilando normas, valores e códigos próprios da comunidade reclusa. Este processo não se esgota numa adaptação individual, devendo ser compreendido à luz das condições estruturais que favorecem a emergência de uma cultura prisional própria, a partir da qual se define o lugar do indivíduo na hierarquia informal e se percebe de que modo as estratégias de sobrevivência podem aumentar ou reduzir a vulnerabilidade à vitimação (Clemmer, 1940; Sykes, 1958).

É neste enquadramento que os dois modelos clássicos se tornam centrais. O modelo da privação (Sykes, 1958) sustenta que as tensões e conflitos intramuros decorrem das "dores do encarceramento", privações estruturais como a perda de liberdade, a limitação da autonomia, a privação de relações afetivas, a escassez de bens e serviços e a insegurança permanente de um ambiente fechado e imprevisível. Estas privações criam um contexto de tensão no qual condutas agressivas, alianças entre reclusos e formas de manipulação podem adquirir valor funcional na gestão do risco e na afirmação de posição na hierarquia informal. Nesta leitura, a vitimação não decorre de episódios isolados, mas é experienciada como parte das dinâmicas quotidianas do estabelecimento prisional.

Em contraste, o modelo da importação (Irwin & Cressey, 1962) argumenta que os reclusos transportam para o interior da prisão valores, identidades e experiências do exterior,

a chamada *imported culture*, os quais moldam o modo como se posicionam na ordem informal e como interpretam e enfrentam o risco. Assim, a exposição à vitimação pode variar em função das trajetórias biográficas e dos recursos trazidos do exterior, o que ajuda a compreender por que razão, mesmo sob condições institucionais semelhantes, alguns indivíduos se tornam mais vulneráveis do que outros (Irwin & Cressey, 1962; Steiner et al., 2017). Um exemplo particularmente claro deste mecanismo é o próprio tipo de crime: a natureza da condenação funciona como um atributo importado que posiciona o indivíduo na hierarquia informal e estrutura o seu risco de vitimação. Os condenados por crimes sexuais, e de forma ainda mais acentuada por crimes contra crianças, tendem a ocupar os lugares mais baixos dessa hierarquia, sendo alvos preferenciais de hostilidade e violência por parte dos pares, por essa razão, muitos ocultam o crime pelo qual cumprem pena, gerindo ativamente a informação sobre si próprios para reduzir o risco de agressão (van den Berg et al., 2018; Ricciardelli & Moir, 2013).

Estes dois modelos não devem ser tratados como alternativas exclusivas, mas como perspetivas complementares: o estabelecimento prisional define constrangimentos e oportunidades estruturais (*privação*), enquanto as trajetórias e identidades prévias influenciam as respostas possíveis e os significados atribuídos às experiências vividas (*importação*) (Irwin & Cressey, 1962; Sykes, 1958). Esta articulação é sustentada por estudos empíricos mais recentes, que indicam que a vitimação prisional tende a ser multicausal, sendo influenciada simultaneamente por características individuais, pelas rotinas e experiências intramuros e pelas características do próprio estabelecimento, o que reforça a utilidade de um quadro integrado que combine privação e importação (Steiner et al., 2017).

Crewe (2011) aprofunda esta articulação ao propor que, para além das privações clássicas, os estabelecimentos prisionais modernos podem intensificar sofrimento e insegurança através de dimensões como *tightness* (aperto regulatório), *depth* (distância face ao exterior) e *weight* (peso psicológico cumulativo), ajudando a compreender como vulnerabilidades podem ser potenciadas ou agravadas mesmo quando a violência física não é sempre visível. No mesmo sentido, Liebling (2004) afirma que a qualidade moral das interações e a perceção de legitimidade e justiça no exercício da autoridade influenciam o clima relacional e a predisposição para o conflito e a vitimação.

A inclusão de uma lente de género na leitura destes dois modelos clássicos revela-se fundamental para uma análise integral do fenómeno. No que concerne ao modelo da importação, a literatura criminológica feminista alerta que a aplicação transversal desta perspetiva falha frequentemente em captar as trajetórias específicas de vida da mulher reclusa (Chesney-Lind & Pasko, 2013). As mulheres não importam apenas valores, alianças ou códigos de rua para o interior da prisão, mas também transportam para a instituição um *background* biográfico distinto da população masculina, pautado por taxas desproporcionais de vitimação prévia, abusos físicos e sexuais continuados, além de vulnerabilidades de saúde mental severas (Chesney-Lind & Pasko, 2013; Covington, 2007). Este elevado nível de trauma estruturalmente "importado" significa que a entrada no sistema de justiça penal atua, frequentemente, como um mecanismo de vitimação secundária, na medida em que muitas mulheres revivem experiências de desvalorização, controlo e revitimização institucional (Walklate, 2004). Para estas mulheres, a vulnerabilidade às dinâmicas de violência não começa no momento do encarceramento, sendo uma continuidade da violência sofrida no exterior, o que pode influenciar as suas estratégias de *coping* iniciais e a adaptação à disciplina da instituição (Chesney-Lind & Pasko 2013; Covington (2007).

O modelo da privação, por sua vez, ganha uma configuração hierarquicamente diferente quando aplicado à adaptação feminina. Embora a privação de liberdade e a perda de autonomia afetem profundamente a população feminina, a evidência qualitativa demonstra que é a privação aguda dos laços afetivos, nomeadamente a separação forçada dos filhos e a interrupção abrupta das práticas de cuidado, que constitui a fonte central de ansiedade e de desestruturação identitária intramuros (Crewe et al., 2017). O ajustamento feminino, ao contrário do que se verifica nas dinâmicas masculinas, estrutura-se menos em torno de bens materiais ou de poder territorial e mais através de relações interpessoais e redes de suporte emocional (Giallombardo, 1966; Owen, 1998), uma gestão emocional, acima de tudo, da dor da privação relacional. É precisamente esta articulação entre um passado importado e um presente institucional restritivo que a literatura produzida em contexto prisional português tem procurado captar. Granja et al. (2015) argumentam que o peso de trajetórias de vitimação e trauma vividas antes da reclusão colide, de forma particularmente intensa, com um ambiente institucional que restringe a intimidade e fragiliza os vínculos familiares. O resultado é um quadro de vulnerabilidade que os modelos tradicionais de

adaptação, pensados, na sua origem, sem qualquer atenção ao género, simplesmente não conseguem explicar na sua totalidade.

3.2 Evidência empírica no contexto nacional e internacional

Na psicologia prisional, a transição biográfica imposta pelo encarceramento exige um processo dinâmico de *coping* e reorganização comportamental que varia entre indivíduos e se modifica ao longo do tempo (Zamble & Porporino, 1988). A evidência empírica tende a validar a complementaridade entre os fatores institucionais e biográficos neste ajustamento. No seu estudo sobre os indicadores de adaptação, Dhami et al. (2007) observaram que o ajustamento é condicionado por influências simultâneas: por um lado, as variáveis "indígenas" do ambiente prisional, que validam o modelo de privação de Sykes (1958) e, por outro, as variáveis "importadas" da vida prévia do sujeito, que corroboram o modelo de importação de Irwin e Cressey (1962).

Estes modelos explicativos não esgotam, porém, a forma como a literatura tem procurado captar a diversidade de respostas dos reclusos perante a ordem social do estabelecimento prisional. No contexto português, Gonçalves (2008) sistematiza estas tipologias integrando os contributos clássicos de Goffman (1961) sobre as instituições totais. Estes modos de adaptação, que englobam a retirada situacional, a rebelião, a colonização ou a conversão, constituem categorias analíticas cruciais para interpretar as diferentes formas de "fazer a vida" intramuros, sugerindo que o ajustamento assume estratégias plurais e não um modelo único (Goffman, 1961). Ainda a nível nacional, este ajustamento também tem sido operacionalizado através de indicadores observáveis, associando-se os níveis mais elevados de psicopatologia e ansiedade a um pior ajustamento (Gonçalves, 2008). De forma complementar, Gonçalves e Gonçalves (2012) demonstram que variáveis como a agressividade, o histórico de consumo de drogas e o cumprimento de penas mais curtas funcionam como preditores significativos de um pior ajustamento institucional e de uma maior incidência de processos disciplinares.

Importa notar, contudo, que esta literatura foi construída sobretudo a partir de amostras masculinas, o que limita a sua transposição direta para a experiência feminina. Quando a investigação é centrada em mulheres reclusas, o seu ajustamento é moldado em simultâneo por fatores importados, nomeadamente por trajetórias prévias de vitimação e

problemas de saúde mental, e por fatores de privação associados à rutura dos laços familiares, sobretudo a separação dos filhos (Slotboom et al., 2011; Kruttschnitt & Gartner, 2003). A investigação qualitativa portuguesa confirma esta especificidade, mostrando a centralidade dos laços familiares, da maternidade e das relações sociais nos processos de adaptação ao encarceramento (Matos & Machado, 2007).

Ainda, estudos qualitativos e etnográficos recentes acrescentam que este processo de ajustamento é indissociável da experiência subjetiva de segurança e da exposição à violência (Crewe, 2009). Martens e Crewe (2025), por exemplo, mostram que, em ambientes onde a confiança institucional é baixa, os reclusos tendem a normalizar um estado crónico de alerta e hipervigilância como estratégia de autoproteção. As dinâmicas quotidianas percecionadas como ameaças ao estatuto, à segurança ou aos interesses individuais podem desencadear respostas defensivas e comportamentos potencialmente violentos (Hoek et al., 2025). Também, Soares (2022), num estudo qualitativo com reclusos de um estabelecimento prisional português, verificou que as relações homossociais entre pares são fortemente condicionadas pela perceção de risco de vitimação. Esta perceção conduz à manutenção de relações superficiais e à relutância em partilhar vulnerabilidades emocionais, um fenómeno que, como se verificará, emerge como uma estratégia central de gestão da desconfiança intramuros. Assim, a evidência empírica reforça que o sucesso ou o fracasso da adaptação prisional é profundamente moldado pela forma como a vitimação e o medo estruturam as interações no interior da instituição.

4. A Influência da Vitimação e da Violência na Preparação para a Saída e Reintegração Social

4.1. A preparação para a saída: conceito e o impacto das experiências de violência

A finalidade ressocializadora da pena pressupõe que o tempo de reclusão sirva para preparar o regresso à comunidade. Mas "preparação para a saída" não se confunde com os trâmites administrativos das vésperas da libertação. A literatura aproxima-a antes aproxima do modelo de *throughcare*, ou continuidade de cuidados: um planeamento iniciado dentro dos muros e prolongado para lá deles, que procura assegurar habitação, ligação a serviços de saúde, competências laborais e, sobretudo, a reconstrução dos vínculos familiares e sociais

(Kendall et al., 2018; Schinkel, 2014). O seu sucesso não se mede pela ausência de uma nova condenação, mas exige olhar para vários domínios, como, por exemplo, saúde, emprego, habitação, redes de apoio (Mourão et al., 2025). Há, no fundo, um trabalho identitário por trás desta preparação, uma vez que, para projetar uma vida fora da prisão, o indivíduo precisa de reconstruir uma narrativa de si que torne esse futuro credível (Maruna, 2001). É esse trabalho que as experiências de violência e de vitimação vêm perturbar.

Quando a trajetória prisional é atravessada por episódios de violência, vitimação e coerção, esta fase tende a sair profundamente fragilizada. A vitimação intramuros associa-se a pior bem-estar psicológico e a maiores dificuldades de ajustamento após a libertação, enfraquecendo os recursos sociais e emocionais necessários a uma reentrada estável (Listwan et al., 2010). O dano não fica, aliás, à porta do estabelecimento prisional: os sintomas de stress pós-traumático ligados à reclusão prolongam-se e dificultam a manutenção do emprego e a procura de apoio (Facer-Irwin et al., 2019).

Um aspeto decisivo, e muitas vezes esquecido, é a origem dessa violência. Quando ela não vem apenas dos pares, mas das próprias práticas da instituição através de regimes arbitrários, desrespeito, ausência de resposta a pedidos de proteção, o que se quebra é a perceção de legitimidade do sistema. E é essa perceção que sustenta, ou não, a adesão do recluso ao que a prisão lhe propõe (Liebling, 2004). O modo como a pena é vivida e interpretada, em particular a justiça percebida no exercício da autoridade, condiciona diretamente a forma como o indivíduo se projeta na saída (Schinkel, 2014). Existe ainda um paradoxo a considerar: os reclusos mais expostos ao risco de vitimação acabam, por vezes, em regimes de separação ou de proteção que aprofundam o seu isolamento e os afastam dos programas e dos contactos que os prepariam para a libertação (van den Berg et al., 2018). A resposta institucional à vitimação torna-se, ela própria, um fator capaz de atenuar ou de agravar a desvantagem com que se chega à saída.

Estas dificuldades tornam-se particularmente evidentes quando analisadas a partir das narrativas dos próprios indivíduos em processo de reintegração. Nugent e Schinkel (2016), num estudo centrado nas trajetórias de desistência criminal, cunharam o conceito de *pains of desistance* para captar como a tentativa de reintegração gera, com frequência, um profundo isolamento social. Os relatos evidenciam que o afastamento deliberado de antigas redes e amizades associadas ao crime, uma estratégia de rutura com o passado designada na literatura

como *knifing off*, pode deixar o indivíduo num vazio relacional. Ao romperem estes laços para reduzir o risco de reincidência, enfrentando simultaneamente dificuldades em estabelecer novas ligações sociais e em obter reconhecimento como pessoas em mudança, muitos participantes descrevem a reintegração como uma experiência marcada pela solidão, pelo fracasso na concretização de objetivos socialmente valorizados e pela perda de esperança. Estes resultados sugerem que a preparação para a saída e as intervenções de *throughcare* devem considerar não apenas as necessidades materiais da reintegração, mas também os desafios relacionais e identitários inerentes ao processo de desistência.

Como referido anteriormente, a hipervigilância e a desconfiança institucional, enquanto estratégias de autoproteção adotadas no contexto prisional, tendem a persistir para lá dos muros, condicionando a fase de preparação para a saída. Estudos baseados em entrevistas mostram que, para evitarem os espaços partilhados onde o risco é maior, muitos se afastam de programas de reabilitação e de atividades laborais, justamente aquilo que sustentaria a sua preparação (Ricciardelli, 2014; Schinkel, 2014). E se o mecanismo central do *throughcare* é a relação de confiança com os técnicos, o medo e a desconfiança gerados pela violência corroem essa relação na raiz (Kendall et al., 2018), deixando o indivíduo a chegar à data de libertação ansioso e sem as ferramentas que a instituição deveria ter ajudado a construir.

Esta fase não pesa de igual modo sobre homens e mulheres. A investigação portuguesa baseada em relatos de reclusas mostra que a reclusão feminina agrava as vulnerabilidades de quem fica "cá fora", ou seja, filhos, idosos, outras mulheres da rede de apoio, e que o trabalho de manter esses laços, com todos os seus custos emocionais, recai sobretudo sobre elas (Granja et al., 2015). A preparação para a saída da mulher começa, por isso, em desvantagem. A reclusão fragiliza a relação com os filhos e intensifica a culpa e a preocupação materna ao longo de toda a pena (Crewe et al., 2017; Matos & Machado, 2007), pelo que a urgência de retomar o cuidado e o sustento dos filhos se impõe como uma das principais exigências do regresso à comunidade. Respostas padronizadas, pensadas para a maioria masculina, tendem a falhar perante este trauma cumulativo. Daí a importância de um acompanhamento sensível ao género e informado pelo trauma, atento não só ao "quê", mas ao "como" e a "quem" se presta o apoio (Covington, 2007; Mourão et al., 2025).

4.2. Barreiras à reintegração na comunidade: o impacto da violência e da vitimação

"Voltar à liberdade" não se reduz ao ato formal de sair do estabelecimento prisional. É um processo longo e não linear, feito de reajustamentos sucessivos das rotinas, das relações e da própria identidade. A literatura descreve a reintegração como um processo composto por diversas dimensões, no sentido em que abrange a habitação, o trabalho, a saúde física e mental, a reconstrução de redes de apoio e adverte que o seu êxito não se mede pela simples ausência de nova condenação (Mourão et al., 2025). Reintegrar-se exige, no fundo, aquilo a que Maruna (2001) chamou de desistência: a capacidade de reconstruir uma narrativa de vida em que a pessoa se reconhece já não como ex-recluso, mas como alguém com lugar e utilidade na comunidade. O modo como se cumpriu a pena pesa, por isso, no que vem depois.

Quando a trajetória prisional é marcada por violência e vitimação, o regresso torna-se mais difícil, uma vez que os efeitos psicológicos associados ao trauma e ao encarceramento podem persistir para além da libertação, comprometendo o bem-estar e a capacidade da reintegração social (Facer-Irwin et al., 2019). A esse peso interno soma-se um peso material imediato. O estudo de Western com pessoas recém-libertadas mostra que os primeiros meses em liberdade são de privação aguda devido ao desemprego, à dependência de apoios sociais e à habitação instável, sendo justamente os indivíduos com historial de adição e de doença mental os que ficam menos integrados (Western et al., 2015). Neste terreno, a desistência revela-se um projeto vulnerável, em que as recaídas e o desânimo levam muitos a abandonar os planos traçados (Halsey et al., 2017).

Sobre estas dificuldades ergue-se uma barreira de natureza estrutural: o estigma. O registo criminal funciona como uma "credencial negativa" que segue o indivíduo e lhe fecha o acesso ao emprego formal e ao arrendamento (Pager, 2003). E o estigma não é apenas uma reação dos outros, é também um mecanismo de marginalização que prende as pessoas a uma posição social e simbólica subalterna, num continuum entre a margem e a prisão (Wacquant, 2001). A sua antecipação basta para produzir efeitos: receando o julgamento, muitos recolhem-se, isolam-se e desistem cedo dos projetos de reintegração (Maruna, 2001).

Este estigma, porém, não pesa por igual: é graduado pelo tipo de crime. O fio que estruturava a hierarquia intramuros prolonga-se para a comunidade, e é a condenação por crimes sexuais que carrega a marca mais severa. A investigação qualitativa mostra que estes indivíduos enfrentam um duplo estigma, o de ex-recluso somado ao de agressor sexual, que

chega a ditar onde podem viver, com restrições de residência que inviabilizam a procura de casa e os empurram para fora das suas comunidades (Huebner et al., 2019). É a continuação, no exterior, da lógica que dentro da prisão os colocava no fundo da ordem informal e em isolamento (van den Berg et al., 2018): o tipo de crime estrutura a vulnerabilidade dos dois lados do muro.

O género atravessa, de forma igualmente decisiva, estes percursos. Para a mulher ex-reclusa, a saída implica camadas cumulativas de julgamento: é penalizada pela infração à lei e, a somar, pela transgressão das expectativas culturais sobre o "comportamento feminino" e a maternidade idealizada, uma dupla penalização que o homem raramente enfrenta (Crewe et al., 2017). O impacto destas barreiras é ilustrado por Opsal (2012). Através de entrevistas com mulheres recentemente libertadas da prisão, a autora demonstra que o estigma associado aos antecedentes criminais e as dificuldades persistentes de acesso ao emprego comprometem a reconstrução de uma identidade pró-social. A sucessão de rejeições, a precariedade laboral e a dificuldade em obter reconhecimento como pessoas em mudança geram, segundo as suas participantes, frustração, desânimo e perda de esperança, ao ponto de algumas questionarem a própria possibilidade de reconstruir uma vida estável. O sucesso da reintegração não depende, assim, apenas da motivação individual, mas também da existência de oportunidades concretas e de reconhecimento social capazes de sustentar o processo de mudança. A investigação qualitativa portuguesa, construída a partir das narrativas de homens e mulheres prestes a sair, evidencia como estas barreiras condicionam de modo desigual o resultado da reentrada feminina (Gomes & Rocker, 2024). Esta dimensão confirma que o impacto da prisão ultrapassa o próprio indivíduo, estendendo-se igualmente às redes familiares. Com efeito, estudos sobre o período pós-libertação mostram que é frequentemente sobre as mulheres da família que recai o sustento e o acolhimento de quem é libertado (Western et al., 2015), a mesma rede de cuidado que, no caso das reclusas, fica fragilizada pela sua ausência (Granja et al., 2015).

Estas desigualdades raramente surgem isoladas, o que exige ter em conta a forma como se combinam entre si. O género cruza-se com a classe, a etnia e o estatuto migratório, e dessa combinação resultam barreiras que se acumulam: para as mulheres de grupos já marginalizados, a pobreza, o estigma e a passagem pela prisão estreitam drasticamente as condições materiais de vida (Gomes & Rocker, 2024). A continuidade do acompanhamento

entre a prisão e a comunidade deixa, aqui, de ser uma mera recomendação de política social para se tornar decisiva, sobretudo quando a trajetória foi marcada por violência, e a desconfiança institucional daí resultante afasta a pessoa do apoio precisamente quando dele mais precisa (Kendall et al., 2018).

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Após o enquadramento teórico dos objetos em análise no presente estudo, este capítulo dedica-se à apresentação da metodologia que sustentou o desenvolvimento da investigação. Num primeiro momento, são apresentados os objetivos e as questões de investigação que orientaram o estudo. Em seguida, são descritos os principais aspetos metodológicos do estudo, incluindo os procedimentos de constituição da amostra, os procedimentos e instrumentos de recolha de dados e subsequente análise dos dados.

1. Desenho de investigação

Atendendo aos objetivos delineados para a presente investigação, que se apresentam em seguida, optou-se pela adoção de uma metodologia de natureza qualitativa, por se considerar ser esta a abordagem mais adequada para o modo como homens e mulheres em situação de reclusão interpretam e atribuem sentido às suas experiências de vitimação e violência em contexto prisional, e para compreender de que forma essas experiências, moldadas pelas dinâmicas de género, se refletem no processo de adaptação à prisão, na preparação para a saída e na reintegração social. Trata-se de um conhecimento que não é diretamente mensurável nem redutível a categorias fixas definidas à partida, exigindo antes uma abordagem capaz de captar a subjetividade das experiências relatadas e as dinâmicas relacionais e práticas de interação estabelecidas dentro do sistema prisional. É com base nesta premissa metodológica que o presente estudo procura interpretar os diferentes significados atribuídos por estes indivíduos à realidade do sistema prisional, à luz das suas experiências de género, de modo que, através desta reconstrução analítica, seja possível explicar com maior precisão as problemáticas sociais em análise (Flick, 2007).

2. Objetivos do estudo

O presente estudo tem como objetivo geral analisar, numa perspetiva de género, de que forma experiências de vitimação e violência vivenciadas em contexto prisional influenciam o processo de adaptação à prisão destes indivíduos, bem como a sua preparação para a saída e posterior reintegração social. Mais especificamente, pretende-se:

i) explorar as perceções dos indivíduos relativamente ao impacto das experiências de vitimação e de violência no seu processo de adaptação prisional, particularmente no que respeita ao cumprimento das normas institucionais, às rotinas, às interações interpessoais e à participação em programas de reinserção social;

ii) analisar as perceções dos indivíduos quanto às respostas institucionais perante situações de vitimação e de violência, nomeadamente no que respeita a apoios, a medidas e ao acompanhamento técnico disponibilizado pelo estabelecimento prisional;

iii) compreender de que forma as experiências de vitimação e de violência vivenciadas em contexto prisional afetam o bem-estar físico, psicológico e emocional dos indivíduos;

iv) analisar as dinâmicas relacionais entre reclusos e os guardas prisionais, procurando entender como estas interações podem contribuir para a reprodução ou redução de situações de violência institucional;

v) explorar de que forma as perceções dos indivíduos relativamente às experiências de vitimação e violência de que foram alvo e do seu impacto nas dimensões referidas diferem em função do género;

3. Constituição da amostra

A amostra do presente estudo reveste-se de um cariz não probabilístico e intencional, dado que os participantes foram selecionados de forma não aleatória de forma a responder aos objetivos e questões de investigação definidos para este estudo (Marshall, 1996; Maxfield & Babbie, 2015). Neste tipo de amostragem, não é possível determinar a probabilidade de cada elemento vir a integrar a amostra, característica que a distingue das abordagens probabilísticas (Maxfield & Babbie, 2015).

Neste sentido, uma amostragem intencional assenta na premissa de que os conhecimentos já foram adquiridos pelo investigador através da experiência, da revisão da

literatura ou de estudos anteriores, permitindo a inclusão de casos que apresentam experiências fundamentais para uma compreensão profunda do objeto em investigação (Boeri & Lamonica, 2015). A mais-valia desta abordagem reside na identificação de sujeitos que, dada a especificidade das suas vivências no estabelecimento prisional, se assumem como elementos privilegiados para a compreensão das dinâmicas de violência e de vitimação. Como salienta Flick (2009b), o poder da amostragem intencional reside precisamente na seleção de participantes que detêm especial conhecimento e experiência para responder às questões de investigação.

Neste estudo, o processo de seleção amostral seguiu os seguintes critérios de inclusão e exclusão quanto aos potenciais participantes: (i) indivíduos do sexo masculino e feminino; (ii) com idade superior a 18 anos; (iii) que se encontravam a cumprir uma pena privativa de liberdade há, pelo menos, 6 meses, (iv) com capacidade de compreensão e expressão em língua portuguesa; (v) que não se encontrassem em prisão preventiva; (vi) e não apresentassem perturbações mentais graves.

A definição do primeiro critério justifica-se pela relevância da perspetiva de género para os objetivos centrais desta investigação. O segundo critério decorre da própria natureza da população em estudo: os estabelecimentos prisionais destinam-se ao cumprimento de penas por parte de indivíduos em situação de maioridade penal. O terceiro critério fundamenta-se na necessidade de assegurar que os participantes tenham tido tempo suficiente no quotidiano prisional para experienciar o processo de adaptação e compreender as dinâmicas relacionais típicas deste contexto. Os critérios quarto e sexto funcionam como salvaguardas metodológicas fundamentais, uma vez que, numa investigação qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas, é crucial garantir que não existem barreiras linguísticas ou limitações cognitivas que comprometam a fluidez do discurso, a capacidade de reflexão ou a clareza na expressão das experiências vividas. Por fim, no quinto critério, a exclusão de indivíduos em prisão preventiva sustenta-se na natureza instável e transitória dessa medida, cujas especificidades podem introduzir variáveis que dificultam a análise da adaptação prisional e da preparação para a reintegração social.

Desta forma, a amostra em estudo foi selecionada de entre os indivíduos que se encontravam a cumprir medida privativa de liberdade em dois estabelecimentos prisionais, um masculino e um feminino, localizados na zona norte do país. A seleção dos participantes

foi efetuada em articulação com os diretores dos respetivos estabelecimentos, que indicaram um conjunto de reclusos como potencialmente elegíveis, atendendo aos critérios de inclusão suprarreferidos. Destes, foram convidados a participar no estudo vinte e um indivíduos. No contacto direto para efeitos de recrutamento, verificou-se que dois destes indivíduos não cumpriam efetivamente os critérios de inclusão definidos, tendo sido excluídos nesta fase; três outros optaram por não participar. No final do processo de seleção e recrutamento, a amostra do presente estudo foi constituída por dezasseis participantes, oito do sexo masculino e oito do sexo feminino.

A este propósito, importa referir que, em investigação qualitativa, não existem critérios numéricos definidos a priori (Braun et al., 2019) que orientem o tamanho amostral. Efetivamente, o tamanho amostral deve ser guiado em torno do critério de saturação teórica, princípio essencial para informar o investigador quanto à suficiência dos dados, ou seja, de acordo com este critério, deveriam ser realizadas tantas entrevistas quantas as necessárias para se atingir um ponto de saturação, onde novas entrevistas acrescentam pouco conhecimento novo ou nenhum, começando os dados obtidos a apresentar uma certa redundância e repetição (Bowen, 2008; Hagan, 2014; Kvale, 2007). Contudo, no presente estudo, considerando os aspetos supracitados (tamanho do universo e disponibilidade para participação), que limitaram a recolha de dados a dezasseis entrevistas, verificou-se uma saturação diferenciada consoante as dimensões em análise. Relativamente aos temas ligados à adaptação institucional e à perceção geral do contexto prisional, os dados obtidos revelaram uma redundância considerável, sugerindo ter-se alcançado, ou aproximado, um ponto de saturação. Já no que respeita aos relatos específicos de experiências pessoais de vitimação e violência, tal saturação não foi plenamente atingida. Com efeito, vários participantes revelaram discursos mais evasivos ou pouco pormenorizados ao abordar estas experiências, uma assimetria que é retomada com maior detalhe no capítulo dedicado às limitações do estudo.

Especificamente, a amostra do presente estudo é constituída por indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 73 anos, com uma média de 37,75 anos (DP = 13,40).

A Tabela 1 sintetiza a caracterização sociodemográfica da amostra. A maioria dos participantes era de nacionalidade portuguesa (93,8%, n = 15) e solteira (62,5%, n = 10), com habilitações literárias diversas, predominando o ensino básico. Antes da reclusão, mais de

metade dos indivíduos encontrava-se empregada por conta de outrem (56,3%, *n* = 9) e identificava-se maioritariamente com a classe média ou média-baixa. A maior parte dos participantes tinha filhos (68,8%, *n* = 11) e coabitava, sobretudo, com o cônjuge ou companheiro/a ou com outros familiares. Quanto ao historial de vitimação prévia à reclusão, a maioria dos participantes reportou pelo menos uma experiência nesse âmbito, predominando as formas psicológicas (43,8%, *n* = 7) e físicas (37,5%, *n* = 6).

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica dos participantes

Variável	N	%
Nacionalidade		
Portuguesa	15	93,8%
Outra	1	6,3%
Estado Civil		
Solteiro/a	10	62,5%
Casado/a / União de facto	5	31,3%
Divorciado/a / Separado/a	1	6,3%
Habilitações Literárias		
Ensino Básico (até ao 4.º ano)	2	12,5%
Ensino Básico (até ao 6.º ano)	4	25,0%
Ensino Básico (até ao 9.º ano)	5	31,3%
Ensino Secundário	4	25,0%
Ensino Superior	1	6,3%
Situação Profissional (Pré-Reclusão)		
Empregado/a (conta de outrem)	9	56,3%
Trabalhador/a independente	1	6,3%

Desempregado/a	1	6,3%
Reformado/a	1	6,3%
Estudante	2	12,5%
Outra situação	2	12,5%
Classe Social		
Baixa	2	12,5%
Média-Baixa	5	31,3%
Média	5	31,3%
Média-Alta	4	25,0%
Filhos		
Sim	11	68,8%
Não	5	31,3%
Agregado familiar		
Sozinho/a	3	18,8%
Cônjuge/Companheiro/a	6	37,5%
Filhos	3	18,8%
Outros Familiares	5	31,3%
Outra situação	3	18,8%
Vitimação Antes da Reclusão *		
Não sofreu vitimação	5	31,3%
Física	6	37,5%
Psicológica	7	43,8%
Emocional	5	31,3%
Sexual	3	18,8%

Outra	1	6,3%

Nota. N = Tamanho da amostra. * Variável de resposta múltipla; as percentagens referem-se à percentagem de casos.

Por sua vez, na Tabela 2 é apresentada a caracterização jurídico-penal e prisional dos participantes. O tipo de crime mais representado foi a violência doméstica (31,3%, n=5), seguido do homicídio qualificado (12,5%, n=2), distribuindo-se os restantes tipos de crime de forma residual. Para a maioria dos participantes, tratava-se da primeira reclusão (62,5%, *n* =10), sendo a duração média da pena aplicada de 6,88 anos (*DP* = 6,03) e o tempo médio já cumprido de 2,25 anos (*DP* = 1,65). Quanto ao envolvimento em dinâmicas institucionais, metade da amostra desempenhava trabalho prisional (50%, *n* = 8), com uma participação superior entre as mulheres (*n* = 5) comparativamente aos homens (*n* = 3); metade participava em outras atividades (50%, n = 8), de forma mais equilibrada entre os sexos (*n* = 4 em cada); e 25% *(n* = 4) não participava em qualquer atividade promovida pelo estabelecimento, distribuídos de forma equitativa entre os sexos (*n* = 2). Relativamente às experiências de vitimação no atual estabelecimento prisional, a maioria dos participantes não reportou qualquer ocorrência (66,7%, *n* =10; 5 mulheres e 5 homens), registando-se casos de vitimação psicológica em 33,3% da amostra (*n* = 5; 2 mulheres e 3 homens) e, pontualmente, um caso de vitimação física (6,7%, *n* =1), reportado por um participante do sexo masculino.

Tabela 2

Caracterização jurídico-penal e prisional dos participantes

Variável	N	%
Crime Condenado		
Violência Doméstica	5	31,3%
Homicídio Qualificado	2	12,5%
Abuso Sexual	1	6,3%
Furto e Condução Ilegal	1	6,3%

Furto Qualificado	1	6,3%
Ofensa à Integridade Física	1	6,3%
Ofensa à Integridade Física Agravada	1	6,3%
Roubo	1	6,3%
Tráfico de Estupefacientes	1	6,3%
Violência Agravada	1	6,3%
Violência Doméstica Agravada e OIF Agravada	1	6,3%
Primeira Vez a Cumprir Pena		
Sim	10	62,5%
Não	6	37,5%
Participação em Atividades no EP *		
Não participa	4	25,0%
Formação	4	25,0%
Trabalho Prisional	8	50,0%
Programas de Reinserção Social	3	18,8%
Outras	8	50,0%
Vitimação Durante a Reclusão *		
Não sofreu vitimação	10	66,7%
Física	1	6,7%
Psicológica	5	33,3%
Outra	1	6,7%

Nota. N = Tamanho da amostra. * Variável de resposta múltipla; as percentagens referem-se à percentagem de casos.

4. Instrumentos de recolha de dados

A recolha de dados foi concretizada através do preenchimento de um questionário sociodemográfico e da realização de uma entrevista semiestruturada, como se descreve em seguida.

4.1 Questionário sociodemográfico

Os questionários são instrumentos de recolha de dados que permitem obter informação sistematizada e comparável sobre os participantes de um estudo, essencial para a caracterização de uma amostra (Maxfield & Babbie, 2015). Com o objetivo de conhecer as circunstâncias de vida dos participantes antes e durante o cumprimento da pena, bem como aspetos relativos à sua situação jurídico-penal, foi aplicado um questionário sociodemográfico (cf. Anexo II). Foram assim recolhidos dados sociodemográficos, nomeadamente a idade, o sexo, a nacionalidade, o estado civil, as habilitações literárias, a situação profissional, a classe social percebida e o agregado familiar, bem como dados respeitantes à situação jurídico-penal e prisional, nomeadamente o crime cometido, a duração da pena, a primariedade criminal, a participação em atividades no estabelecimento prisional e o historial de vitimação, tanto antes como durante a reclusão.

4.2 Entrevista semiestruturada

Indo ao encontro dos objetivos propostos no presente estudo e a fim de aceder às perceções e experiências dos reclusos relativamente às situações de vitimação e de violência vivenciadas em contexto prisional, bem como ao impacto destas na adaptação ao meio e na preparação para a saída e reintegração social, optou-se pela entrevista semiestruturada como principal método de recolha de dados. Este método está bem ajustado à natureza qualitativa deste estudo, na medida em que permite ao investigador aceder às impressões, significados e perspetivas que os participantes constroem acerca do fenómeno em análise (Braun & Clarke, 2013; Kvale, 2007; Maxfield & Babbie, 2015).

Este método caracteriza-se por apresentar uma assinalável flexibilidade, visto que o entrevistador, ao não se guiar exclusivamente pelos termos da redação precisa das perguntas ou pela ordem preestabelecida em que são feitas, permite que os participantes discutam e aprofundem questões que emergem no decorrer do diálogo; questões essas que se revelam

prementes e importantes, mas que não haviam sido antecipadas na conceção inicial do instrumento (Braun & Clarke, 2013; Longhurst, 2010; Maxfield & Babbie, 2014b). Além disso, este tipo de entrevista permite conciliar a produção de respostas comparáveis, uma vez que se adota um fio condutor previamente definido, com a manutenção de uma espontaneidade dialógica indispensável para a emersão de novos temas e para a exploração de informação imprevista, porém cientificamente relevante (Mason, 2002; Maxfield & Babbie, 2015; Qu & Dumay, 2011).

Esta flexibilidade e abertura ganham especial relevância no contexto do presente estudo, pois as temáticas abordadas, nomeadamente a vitimação e a violência em contexto prisional, implicam um elevado grau de sensibilidade. Assim, ao tratar-se de experiências pessoais profundamente marcadas por vulnerabilidade e dinâmicas de sofrimento, é fundamental que o entrevistador desenvolva rapidamente uma relação de confiança e empatia com o participante. A demonstração de uma escuta ativa, de um interesse genuíno e de um respeito incondicional pelas narrativas partilhadas é essencial para salvaguardar a segurança emocional dos entrevistados, encorajando a partilha das suas vivências sem a imposição de categorias analíticas rígidas (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006; Kvale, 2007; Qu & Dumay, 2011). Desta forma, a condução da entrevista semiestruturada constitui também um meio de estabelecer um ambiente seguro e confortável que potencie a expressão livre das atitudes pessoais dos sujeitos.

A entrevista semiestruturada revela-se, assim, particularmente adequada para a presente investigação, pois permite que os participantes descrevam, com as suas próprias palavras e segundo a sua própria lógica interpretativa, as experiências de vitimação e de violência vivenciadas no contexto prisional, os significados que lhes atribuem e os impactos que percecionam nas suas vidas quotidianas, nas suas relações interpessoais e nas suas perspetivas de futuro. Esta abordagem compreensiva potencia, igualmente, a captação de nuances e de especificidades individuais, cuja apreensão seria inviabilizada através de métodos de cariz puramente estruturado.

4.2.1. Guião de entrevista semiestruturada

Para este efeito, foi desenvolvido um guião de entrevista semiestruturada (cf. Anexo III) construído com base nos objetivos e nas questões de investigação definidas para o

presente estudo, bem como na literatura científica e empírica sobre vitimação e violência prisional, adaptação ao contexto prisional e reintegração social. O guião é composto por quatro dimensões de análise, nomeadamente: (i) a Adaptação ao contexto prisional; (ii) Experiências de vitimação e de violência; (iii) Respostas institucionais e apoio técnico; e (iv) Saída da prisão e perspetivas sobre a reintegração social, a partir das quais foram definidas as respetivas subdimensões e os tópicos de análise a abordar.

Na primeira dimensão visa-se compreender de que forma os reclusos se adaptam às rotinas e às regras institucionais, à dinâmica relacional e ao quotidiano prisional, bem como os significados que atribuem ao período inicial de reclusão e os fatores que percecionam como facilitadores ou dificultadores desse processo. A inclusão desta dimensão é fundamental para o presente estudo porque permite situar as experiências de vitimação e de violência num contexto processual mais amplo, compreendendo o modo como a adaptação institucional pode facilitar ou, pelo contrário, expor os reclusos a maior risco de vitimação, e identificar eventuais diferenças neste processo em função do género (Gonçalves, 2008; Liebling & Maruna, 2005).

A segunda dimensão, "Experiências de vitimação e de violência", constitui o eixo central deste estudo. Nesta dimensão procura-se explorar as vivências e interpretações que os participantes fazem da violência em meio prisional, a sua perceção de segurança e vulnerabilidade, bem como o impacto das experiências de vitimação no seu bem-estar físico, psicológico e emocional. Esta dimensão acede diretamente ao objetivo geral do estudo, ao permitir compreender de que forma estas experiências são vividas e significadas pelos participantes, e de que modo essa vivência varia entre homens e mulheres reclusos (Edgar et al., 2003; Ireland, 2002; Wolff et al., 2007).

Já a terceira dimensão, "Respostas institucionais e apoio técnico", explora a forma como os participantes percecionam a resposta da instituição prisional perante episódios de violência, nomeadamente a acessibilidade e eficácia dos mecanismos formais de denúncia e proteção, bem como a qualidade do acompanhamento técnico e dos apoios disponibilizados. A sua relevância prende-se com o facto de a forma como a instituição responde à vitimação poder, em si mesma, atenuar ou agravar o seu impacto nos reclusos, condicionando a confiança institucional e o modo como estes se posicionam perante o sistema prisional (Liebling & Maruna, 2005; Snacken, 2010).

Por fim, analisaram-se as perceções dos entrevistados quanto à "Saída da prisão e às perspetivas sobre a reintegração social". Através desta, pretende-se compreender de que forma as experiências vivenciadas em contexto prisional, incluindo as situações de vitimação e violência, influenciam a forma como os reclusos encaram a sua saída e projetam o seu futuro fora da prisão. Procurou-se ainda identificar as necessidades percecionadas pelos participantes no âmbito da reinserção social, assim como as aprendizagens pessoais e as mudanças percebidas que poderão facilitar ou dificultar esse processo. Por corresponder diretamente a um dos objetivos específicos do estudo, esta última dimensão permite compreender de que forma a vitimação e a violência vivenciadas intramuros condicionam a preparação para a saída e a reintegração social (Maruna, 2001; Visher & Travis, 2003; Haney, 2002).

5. Procedimentos de recolha de dados

Os procedimentos de recolha de dados adotados neste estudo seguiram diferentes fases, sequenciais, mas interdependentes. Numa primeira fase, com o objetivo de garantir o cumprimento dos pressupostos éticos, realizou-se um pedido de parecer à Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, que foi apreciado favoravelmente através do Parecer n.º 2/2026, de 5 de fevereiro de 2026

Posteriormente, foi dirigido um pedido de autorização formal à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), onde foram explicados os propósitos, os objetivos do estudo e os procedimentos de recolha de dados a adotar. Foram, igualmente, garantidos os princípios de confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos, a fim de obter a autorização formal para a implementação da presente investigação, em dois estabelecimentos prisionais, um masculino e um feminino, localizados na zona norte do país. O pedido foi deferido para a recolha de dados em ambos os estabelecimentos prisionais.

Após o deferimento do pedido, realizou-se, numa terceira fase, o contacto com as Direções dos referidos estabelecimentos prisionais, a fim de se articularem todos os aspetos logísticos necessários para o processo de recolha de dados, nomeadamente, a identificação conjunta de potenciais participantes, o agendamento das entrevistas e a indicação do local e horário para a realização das mesmas, de modo a minimizar qualquer tipo de perturbação ao normal funcionamento da instituição e da rotina dos participantes.

Numa quarta fase, no que diz respeito ao momento de reunião com os participantes, foi estabelecido o contacto com os reclusos identificados como potenciais participantes no estudo, tendo o mesmo sido iniciado com um agradecimento por terem aceitado participar. Em seguida, os participantes foram informados, de forma individual, sobre os objetivos do estudo e os métodos de recolha de dados, designadamente o preenchimento de um breve questionário sociodemográfico e a participação numa entrevista semiestruturada cuja duração não se previa que ultrapassasse os 90 minutos.

Os potenciais participantes foram, também, informados sobre as questões relativas aos pressupostos éticos, nomeadamente sobre o facto de a participação no estudo ser estritamente voluntária, sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento sem qualquer tipo de prejuízo (Beauchamp & Childress, 1994; Kvale, 2007; Longhurst, 2010), sobre a natureza confidencial e privada das informações e dos dados recolhidos no decurso da entrevista, sendo-lhes explicado que os mesmos só seriam utilizados para os fins desta investigação (Hagan, 2014a; Maxfield & Babbie, 2014a), e sobre o carácter anónimo dos dados, o que significa que nenhuma informação recolhida permitiria que o participante fosse identificado (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006; Maxfield & Babbie, 2014a; Walford, 2005).

Foi, ainda, pedida a autorização dos participantes para se proceder à gravação áudio da entrevista, explicando que tal facilitaria a transcrição rigorosa da mesma e permitiria obter informações mais detalhadas, mas garantindo que a gravação seria mantida em segurança, a fim de assegurar as questões de confidencialidade e anonimato (Braun & Clarke, 2013; Wilkinson et al., 2004). Posto isto, e após ter-lhes sido dada a oportunidade de esclarecerem eventuais questões, os participantes foram questionados sobre o seu interesse e disponibilidade em participar na investigação, tendo-lhes sido pedido que assinassem a declaração de consentimento informado, explicitando que na mesma constavam, por escrito, todas as informações e pressupostos referidos anteriormente, o que implicava a compreensão e aceitação dos mesmos (Flick, 2009a).

Depois de assinada a declaração de consentimento, procedeu-se à recolha de dados e, nesse sentido, o participante preencheu o questionário sociodemográfico e, em seguida, deu-se início à entrevista. Em relação à condução das entrevistas, tratando-se de entrevistas semiestruturadas, o guião não foi seguido rigidamente, ressalvando-se que as questões do mesmo, embora desenvolvidas para responder aos objetivos da investigação, são meros

exemplos, sendo que, em alguns casos, foram realizadas numa outra ordem e de uma outra forma em virtude do diálogo e interação que se verificaram no decurso da entrevista. Em alguns casos, foram, ainda, suprimidas questões às quais os participantes responderam sem estas terem sido colocadas, assim como foram colocadas questões *follow-up* que não estavam previstas no guião, com vista a explorar informações relevantes que surgiram (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006; Kvale, 2007; Maxfield & Babbie, 2014b).

Além disso, a condução das entrevistas teve por base um conjunto de princípios e técnicas identificados na literatura como importantes para o desenvolvimento de estudos com recurso a este método. Desde logo, procurou-se construir um relacionamento positivo com os participantes (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006), começando por uma apresentação da investigadora e por uma breve conversa informal antes do início da entrevista propriamente dita. Foram ainda explicados, de forma clara e antes de qualquer questão, os objetivos do estudo, as condições de confidencialidade e anonimato e os termos do consentimento informado, reforçando-se ao longo da entrevista que os participantes poderiam recusar responder a qualquer questão ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Optou-se por colocar questões abertas, de modo a evitar respostas curtas e a incentivar uma partilha mais espontânea e detalhada por parte dos participantes. Recorreu-se, também, à escuta ativa, demonstrando interesse pelo que estava a ser partilhado e mantendo uma postura empática, evitando juízos de valor e a imposição de pressupostos, e esclarecendo que se pretendia aceder à visão dos participantes sobre o fenómeno, não existindo respostas certas ou erradas. Utilizaram-se pausas e silêncios, sem pressionar os participantes e permitindo-lhes refletir sobre as questões (Wilkinson et al., 2004). Por fim, será de notar que se procurou ainda estar atento à comunicação não verbal, como expressões faciais e movimentos corporais (Kvale, 2007).

Concluídas as entrevistas, esclareceram-se eventuais dúvidas ou preocupações e questionaram-se os participantes sobre informação que quisessem acrescentar. Por fim, agradeceu-se a sua disponibilidade e o tempo despendido (Hagan, 2014b).

6. Procedimentos de análise de dados

Nesta secção descrevem-se os procedimentos analíticos utilizados nesta investigação. Numa primeira parte será descrita a análise de estatística descritiva e, posteriormente, numa segunda parte, a análise temática.

6.1 Análise de estatística descritiva

A análise dos dados quantitativos, com vista à caracterização sociodemográfica da amostra, foi realizada com recurso ao *software IBM SPSS Statistics*. Especificamente, para as variáveis quantitativas (e.g., idade dos participantes, tempo total de pena e tempo de pena já cumprido), calcularam-se medidas de tendência central, especificamente a média amostral (*M*) para verificar o valor da variável que em média corresponde a cada caso. Recorreu-se, ainda, a medidas de dispersão, nomeadamente ao desvio-padrão (*DP*) e à identificação dos valores mínimo e máximo, para examinar a dispersão dos dados em torno da média (Field, 2013; Marôco, 2014).

Por sua vez, no caso das variáveis qualitativas (e.g., estado civil, habilitações literárias, situação penal, tipologia de crime e ocorrência de vitimação e violência), como as medidas referidas não podem ser utilizadas devido à natureza das variáveis, recorreu-se à extração das frequências absolutas (*n*) e respetivas percentagens (Marôco, 2014; Pestana & Gageiro, 2014).

6.2 Análise temática

No que respeita ao tratamento dos dados qualitativos obtidos através das entrevistas semiestruturadas, optou-se pela realização de uma análise temática. A análise temática constitui um termo abrangente para designar abordagens orientadas para a identificação de padrões de significado, ou temas, em conjuntos de dados qualitativos (Braun et al., 2019), tratando-se de um método flexível que permite organizar a complexidade dos dados e desenvolver uma leitura interpretativa articulada com os objetivos da investigação (Braun & Clarke, 2013; Braun et al., 2019).

Neste estudo, a adoção de uma abordagem reflexiva revelou-se particularmente adequada, por reconhecer o papel ativo do investigador na produção da análise e por permitir captar padrões de significado a um nível semântico e latente, isto é, tanto no que é

explicitamente dito pelos participantes como nos significados mais conceptuais que atravessam os seus discursos (Braun et al., 2019). Recorreu-se a esta opção por permitir identificar, organizar e interpretar padrões de significado nos discursos dos participantes, sendo por isso o método mais indicado para compreender perceções, vivências e significados atribuídos às experiências de vitimação e violência intramuros, bem como a sua relação com a adaptação prisional, a preparação para a saída e as diferenças associadas ao género.

O percurso analítico desenvolveu-se de forma sistemática, seguindo as seis fases iterativas e recursivas propostas por Braun et al. (2019). Numa primeira fase, procedeu-se à imersão nos dados, iniciada com a transcrição rigorosa das entrevistas. A transcrição foi entendida como uma etapa analítica relevante, uma vez que implica transformar o discurso oral num registo escrito, com inevitáveis decisões sobre o que preservar e como representar a interação (Kvale, 2007). Após a transcrição, seguiu-se a familiarização com os dados, através de leituras e releituras ativas das entrevistas, acompanhadas pela elaboração de notas iniciais sobre aspetos considerados relevantes para as questões de investigação, nomeadamente dinâmicas relacionais entre reclusos e profissionais, respostas institucionais perante conflitos, experiências de medo ou insegurança e referências à preparação para a saída (Braun et al., 2019).

A fase seguinte consistiu na produção de códigos, através da atribuição de rótulos claros e concisos a segmentos de texto relevantes para os objetivos do estudo (Braun et al., 2019). Do ponto de vista metodológico, a codificação pode assumir uma orientação mais dedutiva, quando guiada por conceitos teóricos previamente definidos, ou mais indutiva, quando a análise parte dos próprios dados para identificar significados emergentes (Braun et al., 2019). No presente estudo, adotou-se uma orientação predominantemente indutiva, ainda que informada pelo enquadramento teórico previamente desenvolvido. Assim, os códigos foram construídos a partir dos discursos dos participantes, procurando captar significados relevantes para compreender a vivência da vitimação e da violência em contexto prisional. Entre os códigos iniciais identificados encontravam-se, por exemplo, referências ao isolamento social, às redes de apoio, ao medo de represálias, à perceção de insegurança, à confiança ou desconfiança nos profissionais e às expectativas face à reintegração.

Concluída a codificação, avançou-se para a construção dos temas, agregando códigos próximos e os excertos a eles associados em agrupamentos coerentes (Braun et al., 2019).

Cada tema foi desenvolvido em torno de um conceito organizador central, procurando reunir dados que, embora provenientes de entrevistas diferentes, expressavam significados comuns ou padrões relevantes para as questões de investigação. Posteriormente, os temas provisórios foram sujeitos a um processo de revisão em dois momentos: primeiro, verificou-se a coerência entre os dados codificados e o conceito organizador de cada tema; depois, os temas foram revistos face ao conjunto total dos dados, de modo a garantir que representavam adequadamente a diversidade das entrevistas e não se sobreponham de forma excessiva (Braun et al., 2019). Nesta etapa, procurou-se assegurar que as especificidades dos dois contextos prisionais, masculino e feminino, estavam representadas, permitindo uma análise sensível às variações de género e às particularidades de cada estabelecimento.

Por fim, procedeu-se à definição e nomeação dos temas, delimitando o foco analítico de cada um e clarificando a forma como contribuíam para responder às questões de investigação (Braun et al., 2019). Este processo resultou na identificação de quatro grandes temas organizadores: (1) Significados, adaptação e impacto do cumprimento da pena; (2) Experiências de violência e resposta institucional; (3) Relações institucionais: guardas e técnicos de reinserção; e (4) Preparação para a saída e perspetivas de reintegração. O capítulo de apresentação dos resultados foi construído a partir desta estrutura temática, articulando a interpretação dos dados com excertos das entrevistas, que funcionam como suporte empírico dos padrões de significado identificados e permitem responder às questões de investigação (Braun et al., 2019).

CAPÍTULO III – RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da análise temática realizada. Considerando as dimensões e subdimensões definidas no guião de entrevista e também a literatura científica sobre o fenómeno em estudo, da análise realizada emergiram os seguintes temas: (1) Significados atribuídos à reclusão; (2) Impacto emocional, psicológico e adaptação ao contexto prisional; (3) Violência, vitimação e resposta institucional; e (4) Preparação para a saída e perspetivas de reintegração. Em seguida são apresentados os dados relativos a cada um dos temas em análise.

1. Significados atribuídos à reclusão

Um dos aspetos mais expressivos que emerge da análise das entrevistas é a forma distinta como as participantes do sexo feminino e os participantes do sexo masculino atribuem sentido à sua situação de reclusão. Esta diferença não é apenas de intensidade emocional, mas também de natureza, na medida em que os discursos femininos constroem a reclusão como um espaço de possibilidade, enquanto os masculinos a constroem como uma restrição que se suporta. É também neste tema que a perspetiva de género se revela de forma mais sistemática e mais nítida.

Entre as participantes do sexo feminino, a entrada na prisão surge, de forma paradoxal, mas recorrente, como um ponto de viragem positivo, onde a privação de liberdade atua não como um obstáculo, mas antes como o motor dessa transformação. A grande maioria das entrevistadas chegou ao estabelecimento prisional apresentando trajetórias de vida marcadas pela toxicodependência, pela violência doméstica ou pela exposição ao crime através de relações afetivas. Para estas participantes, a reclusão representou a primeira rutura efetiva com esses contextos de perigo, o que explica que a prisão seja descrita, em vários relatos, como uma "salvação". Como refere F2: "*O que facilitou é que se eu não tivesse presa, eu poderia estar morta. [...] Acho que foi a minha salvação. Apesar de ser o sítio que é, para mim foi."* F5, por seu lado, descreve a reclusão como o momento em que a intervenção da justiça lhe salvou a vida: "*Eu lido com a vida de uma forma diferente, porque agradeço mesmo à nossa justiça ter-me colocado nessa altura na prisão, porque ou estaria morta ou estaria a cometer mais crimes".* Isto não significa, contudo, que as participantes desvalorizem o custo da privação de liberdade. F4 traduz bem esta convivência entre o sofrimento da reclusão e o alívio que ela representa:

> *"Sinto-me sem liberdade. Uma pessoa aqui que está sem liberdade não é bom. Porque se sente prisioneira mesmo. Mas sinto-me bem porque é diferente. Diferente do modo de vida que eu levava. Para o modo de vida que estou agora, pelo menos agora tenho uma cama, tenho uma refeição."*

O mesmo se verifica no discurso de F1, que afirma *"eu sou feliz cá, tenho tudo"* para momentos depois, descrever um estado emocional profundamente negativo. Não há contradição: o que se verifica é a coexistência de dois planos distintos de avaliação.

Associado a este significado positivo, vários discursos femininos revelam um processo de responsabilização pessoal face ao crime cometido e de construção ativa de um projeto para o futuro. F5 formula-o de forma explícita: *"O crime não compensa [...]. Não há nada como trabalhar honestamente, e deitar a nossa cabeça na cama, e saber que se fez o bem."* F8 descreve a reclusão como uma oportunidade única de desenvolvimento escolar que o exterior nunca lhe tinha proporcionado: *"Uma evolução enorme [...] continuo a estudar aqui dentro, estou a acabar o secundário e pretendo tirar a faculdade, coisa que lá fora não teria a oportunidade de fazer."* Esta orientação para o futuro, construída dentro da prisão, mostra que a reclusão pode funcionar, para algumas mulheres, como um ponto de partida e não apenas como uma punição.

No que respeita aos participantes do sexo masculino, o quadro é substancialmente diferente. Nenhum dos entrevistados descreve a reclusão como uma salvação ou como uma oportunidade. Os seus discursos são mais breves, mais resignados e centrados na restrição que a pena impõe: a reclusão é significada como algo que tem de ser suportado, não como algo que se possa transformar em oportunidade. *"Tem de ser. Estou desde os 20 anos"* (M3); *"Não é bem adaptar, mas... tem que se lidar. Adaptar é difícil de adaptar"* (M5). A formulação de M5 é reveladora, uma vez que reconhece que a adaptação acontece sem que isso signifique aceitação. M4 sintetiza a sua experiência numa única palavra: *"frustrado"*. M8, por seu lado, significa a reclusão sobretudo através da desconfiança generalizada que a atravessa: *"Nós temos que nos adaptar, o nosso dia-a-dia é a falar com pessoas, mas não a falar tudo aquilo que vem de nós [...] Porque não podemos confiar mesmo, nem confiar em ninguém."* Esta descrição aponta para um ambiente relacional de profunda desconfiança que não tem paralelo nos relatos femininos e que configura um modo de significar a reclusão estruturalmente diferente.

2. Impacto emocional, psicológico e adaptação ao quotidiano prisional

O sofrimento emocional e psicológico está presente em todos os relatos, mas a sua natureza, a sua intensidade e as suas fontes diferem por género, de forma sistemática, e é em

grande parte em resposta a esse sofrimento que os participantes desenvolvem as estratégias de adaptação analisadas na segunda parte deste tema.

Impacto emocional e psicológico da reclusão

Entre as participantes femininas, a dor mais frequentemente referida não é a privação de liberdade em si, mas a separação dos filhos e dos familiares próximos. Esta dimensão relacional do sofrimento emerge em praticamente todos os relatos femininos, independentemente do tempo de reclusão ou do crime cometido, e surge muitas vezes como a referência mais imediata quando se questiona o impacto da pena. F6 resume o seu estado emocional em duas palavras: *"abandonada, triste"*. Por sua vez, F3 associa o sofrimento à separação da filha e a um sentimento acumulado de injustiça: *"Sinto-me muito em baixo, o facto de estar muitas horas na cela fechada e a minha filha não estar presente. Não morri e não me ajudaram em nada e depois tenho a cadeia em cima de mim também."* F5, que se entregou às autoridades com um filho de cinco meses, é direta: *"O que me custa mais é mesmo por causa da criança."*

Para além deste sofrimento quotidiano, os dados revelam episódios particularmente graves. F5 relata ter assistido a um suicídio no início da reclusão, sublinhando que contou com apoio psicológico institucional nesse momento, como descrito no seguinte excerto:

> *"Aquilo que me atacou psicologicamente foi ter assistido a um suicídio. Foi à nossa frente e isso foi muito impactante e psicologicamente eu sofri muito com isso. Mas pronto tive que saber lidar com a situação, tive o acompanhamento psicológico na altura." (F5).*

Este relato ilustra a intensidade de alguns dos episódios vividos pelas participantes femininas durante a reclusão, ainda que, neste caso, tenha existido acompanhamento psicológico imediato.

Nos participantes do sexo masculino, o impacto psicológico manifesta-se com maior intensidade declarada, com referências explícitas a estados depressivos profundos, à humilhação e à perda de perspetiva de futuro. O relato de M7 é o mais expressivo de entre as entrevistas recolhidas, como ilustra o seguinte excerto:

"Humilhação, medo, um buraco negro é o que vejo aqui dentro" (...) "Depressivo e medo constante. [...] Sinto que isto é o mais baixo que uma pessoa pode deixar na sociedade" e *"de momento, não consigo pensar no futuro. Eu acho que simplesmente a minha vida acabou. [...] Simplesmente, preferia que me dessem uma injeção para acabar e pronto."(M7)*

Nos relatos masculinos, o impacto psicológico está frequentemente ligado à exposição direta à violência intramuros. M8 descreve que, na qualidade de faxina, teve de limpar o sangue após um esfaqueamento e refere, também, ter presenciado um suicídio de um colega e viver sob a ameaça permanente de novas agressões, referindo ter ficado *"traumatizado"* e ter passado noites inteiras a remoer o sucedido. Quando procurou apoio psicológico para lidar com este sofrimento, sentiu que a resposta que recebeu não validou o impacto que a experiência teve sobre si, e acabou por concluir que teria de gerir sozinho aquilo que sentia. Este episódio expõe uma lacuna no acolhimento psicológico do sofrimento intramuros, que ajuda a perceber, adiante, o recurso ao isolamento social como forma de autogestão emocional. O mesmo participante sintetiza o peso acumulado de todas estas experiências: *"Eu não aconselharia ninguém a estar preso, ninguém mesmo, é um sofrimento mesmo, é um trauma que nos leva para a vida toda." (M8).*

Estratégias de gestão do quotidiano e mudanças percecionadas

Face a este sofrimento, os participantes desenvolvem estratégias de adaptação e gestão do quotidiano que diferem por género tanto no tipo, como na finalidade.

As participantes femininas recorrem predominantemente à ocupação através do trabalho, da escola e de atividades, não apenas como forma de ocupação do tempo, mas como mecanismo deliberado de gestão emocional. Esta ocupação é descrita como uma forma de afastar pensamentos negativos, de estruturar a rotina e de manter um sentido de propósito. F1 descreve como o trabalho emergiu da necessidade de encontrar um refúgio face à monotonia crescente da cela: *"Eu comecei com o trabalho por causa de não ter um momento de paz sozinha na cela. [...] A nossa rotina vai se tornando chata [...]. E isso faz-nos recuar um pouco e procurar um refúgio dentro da cela só."* Para F2, que enumera a diversidade de atividades disponíveis (escola, dança, yoga, ginásio, fisioterapia com cães), a ocupação funciona como um conjunto de saídas da cela e da mente. F7 é explícita sobre a função das

atividades: *"A única coisa que faz é querer me fechar na cela. Mas não influencia porque é nas atividades que eu faço que consigo pôr a minha cabeça de outro lado e esquecer um bocadinho nesses momentos que estou presa."*

Um recurso adicional de gestão emocional é, entre as participantes femininas, a relação de proximidade com as guardas, que funciona como uma estratégia de suporte informal complementar à ocupação através do trabalho e de atividades. As guardas são descritas como confidentes e conselheiras e, nalguns relatos, como figuras com uma proximidade quase materna: *"Eu desabafo com as guardas [...]. Desabafo, choro se tiver que chorar. Elas aconselham. Dizem para ter juízo."* (F2); *"E, foi uma senhora guarda, que me ajudou muito. Às vezes elas também são nossas psicólogas, elas conversam muito connosco. [...] E foi, então, um conselho como se fosse uma mãe."* (F5). O facto de as guardas serem comparadas a psicólogas e a mães mostra que estas figuras acabam por suprir funções de apoio emocional que deveriam ser desempenhadas por outros recursos institucionais, uma lacuna que se retoma adiante, a propósito da resposta institucional.

Nos participantes masculinos, a estratégia dominante é substancialmente diferente: o isolamento social e o controlo rigoroso da informação partilhada com os pares, num ambiente em que a desconfiança generalizada, já visível no tema anterior, é percebida como condição de sobrevivência. M8 descreve-o de forma clara, referindo que adaptar-se é aprender a não dizer tudo, porque *"depois a pessoa vai dizer a outra, vai dizer a outra, depois gera confusão"*. A ocupação é também valorizada pelos participantes masculinos, mas surge com frequência como uma ausência e não como uma disponibilidade. M1, que refere saber o que ajudaria, explica-o com particular clareza, como demonstra o seguinte excerto:

> *"Se eu estivesse colocado ali num trabalho eu estava oito horas ocupado, não me lembrava da prisão [...] e passava a pena muito mais depressa psicologicamente. A pena era a trabalhar, era um trabalho. Só estava privado da liberdade. Mas, infelizmente, não vejo cadeias com esse setor."* (M1)

Em ambos os grupos, os participantes identificam mudanças pessoais ao longo do cumprimento da pena, ainda que de natureza distinta. As participantes femininas descrevem transformações mais elaboradas e mais ligadas a uma evolução identitária: tornar-se mais

humilde e respeitável (F1), aprender a pensar antes de agir (F7), tornar-se mais ouvinte e comunicativa (F8), ou deixar de sentir a necessidade de vingança (F6). Estas descrições apontam para mudanças que as próprias interpretam como crescimento pessoal e não apenas como ajustamento à instituição. Nos participantes masculinos, as mudanças referidas são mais centradas no autocontrolo e na reflexão retrospetiva: ter aprendido a ser mais calmo e paciente (M5), ser agora "mais caseiro" (M4), reconhecer que "era bem pior" antes (M3). São mudanças reais, mas descrevem ajustamentos comportamentais mais do que transformações identitárias, o que é coerente com a forma mais instrumental como estes participantes significam a própria reclusão.

3. Violência, vitimação e resposta institucional

A violência e a resposta que a instituição lhe dá constituem, nos dados, uma mesma dimensão da experiência prisional e não dois fenómenos independentes: o impacto de um episódio sobre quem o sofre ou testemunha depende também do que a instituição faz depois, ou seja, se responde, se ouve, se protege ou se ignora e pune. Importa, por isso, distinguir dois planos que atravessam toda a análise: a violência, enquanto ato ou episódio concreto de agressão, e a vitimação, enquanto condição de vulnerabilidade a que um indivíduo fica exposto, condição que pode ter origem em experiências anteriores à reclusão ou ser produzida e intensificada pelas próprias condições de vida no estabelecimento prisional (Chesney-Lind & Pasko, 2013; Covington, 2007; Edgar et al., 2003). As duas dimensões não são tratadas em separado pelo estabelecimento, sendo antes analisadas em conjunto, de forma comparativa, em seguida, precisamente porque é o cruzamento entre ambas e a sua distribuição desigual por género que explica melhor os dados. A perspetiva de género é também neste tema central, uma vez que as perceções de segurança, a natureza das experiências de violência e os tipos de crítica dirigidos à resposta institucional diferem sistematicamente entre os dois estabelecimentos.

Perceções de segurança, vitimação e vulnerabilidade à violência

A perceção de segurança dentro dos estabelecimentos prisionais difere sistematicamente por género, tanto na sua distribuição como nas suas fontes. Entre as participantes femininas, as perceções são heterogéneas: algumas descrevem um ambiente

controlado pelas guardas, onde os conflitos são rapidamente contidos, já outras falam num quotidiano de violência recorrente. Entre os participantes masculinos, pelo contrário, a perceção de insegurança é sistemática e generalizada, não existindo um único participante que descreva o ambiente como seguro. Esta diferença de distribuição sugere que, entre os participantes do estabelecimento masculino, a violência organiza o quotidiano de forma estrutural e transversal, ao passo que, no estabelecimento feminino, coexistem realidades distintas consoante a ala e o posicionamento relacional de cada participante.

Entre as participantes que descrevem o ambiente como relativamente seguro, o papel das guardas é central: *"Sinto-me segura. As guardas além de nossas amigas, também metem respeito umas entre as outras"* (F4). Entre as que descrevem o quotidiano como marcado pela violência, os relatos são mais concretos e mais perturbadores. F3 sintetiza a sua ala numa formulação direta: *"Aqui é porrada todos os dias. Aqui é a escola das drogas."* A mesma participante identifica a mistura de reclusas com e sem problemas de saúde mental como uma fonte específica de insegurança, defendendo a separação entre alas como solução: *"As pessoas doentes é que arranjam problemas, viram-se a elas e depois a gente também sente pena."*

No estabelecimento masculino, em contraste, a violência não é descrita por nenhum participante como um episódio ocasional, mas como uma presença estruturante do quotidiano que organiza as interações em torno da desconfiança e do alerta permanente, esta condição tem impacto direto no modo como os participantes se adaptam à reclusão, como já foi analisado, e também no seu bem-estar psicológico. M7 descreve a lógica que governa a segurança intramuros no seu estabelecimento, identificando uma falha estrutural na intervenção dos guardas, falha que será retomada adiante, a propósito da resposta institucional: a ação institucional é sempre retrospetiva, nunca preventiva, como demonstra o seguinte excerto:

> *"A segurança, temos nós de tentar fazer por ela, portanto, nunca estamos seguros, qualquer momento somos vítimas de outra agressão física [...]. Os guardas só atuam depois do conflito já ter causado o dano. [...] Estamos sempre alertas, sempre com medo do que é que vai acontecer, sem poder medir as palavras, sempre a tentar que esse dia passe." (M7)*

Vários participantes relatam ter testemunhado ou sofrido episódios graves. M1 descreve em detalhe uma agressão brutal que presenciou:

"Um recluso, está deitado ao sol, descansar, a dormir, e ser pontapeado por um colega e parte o maxilar, ele a dormir, o outro fica indivíduo, vai, dá-lhe o pontapé na cara e na cabeça, e depois uma urina-lhe para cima. [...] diz-se que estamos no século XXI, estamos numa civilização de pessoas humanas? Não, não estamos."

O mesmo participante foi vítima de uma agressão semelhante e ficou inanimado durante mais de vinte minutos sem que qualquer guarda interviesse: *"eu estive ali, mais de vinte minutos deitado, inanimado, foram-me lá encontrar inanimado."* Ainda, M8 relata uma exposição semelhante à violência intramuros: na qualidade de faxina do estabelecimento, teve de limpar o sangue após um esfaqueamento entre dois reclusos e presenciou o suicídio de um colega de cela, episódios que, em conjunto, ilustram a intensidade da violência a que alguns participantes estão expostos mesmo sem serem diretamente agredidos. Como já foi referido a propósito do impacto psicológico desta experiência, é o seguinte excerto que M8 usa para a descrever:

"[...] E também na casa de banho o outro, a esfaquear o outro. E tava lá como faxina, e tive que limpar o sangue. [...] Foi por causa de uma coisa lá debaixo. Andavam-se a picar. Foi por causa de algo no refeitório. Ficamos na fila, só que o rapaz passou à frente do outro, o outro não gostou, disse, vamos tirar satisfação lá em cima. E eu lá, e pronto, foi esfaquear o outro na casa de banho." (M8)

É neste ponto que a distinção entre violência e vitimação, anunciada na abertura deste tema, se torna analiticamente visível. Uma dimensão que emerge apenas nos dados das participantes femininas é precisamente a vitimação prévia à reclusão. Para duas participantes com histórias de violência doméstica, o estabelecimento prisional é descrito como um espaço subjetivamente mais seguro do que a vida que tinham antes de entrar. F8 é explícita: *"eu aqui sinto-me muito mais protegida do que se eu estivesse lá fora, porque como eu respondi a*

uma pergunta lá fora sofri de violência doméstica [...] e aqui eu sinto-me seguramente muito mais protegida." Esta perceção, que à primeira vista parece paradoxal, é coerente com o que já foi analisado no tema anterior sobre os significados positivos da reclusão: para quem chegou à prisão de um contexto de violência, a segurança dentro dos muros não se compara com uma liberdade abstrata, mas com uma vida concreta que era perigosa. Trata-se, note-se, de uma experiência qualitativamente distinta da violência intramuros analisada nos parágrafos anteriores: não é algo vivido dentro do estabelecimento, mas uma vitimação anterior que molda retroativamente o significado atribuído à própria reclusão.

Note-se, ainda, que este tipo de narrativa não tem paralelo nos dados masculinos: nenhum dos participantes reporta uma vitimação prévia à entrada no sistema prisional como enquadramento para a sua experiência de (in)segurança. Com efeito, a vulnerabilidade que descrevem surge sempre associada a fatores intramuros, como o tipo de crime cometido ou a exposição direta a agressões, e nunca a um historial de vitimação exterior à prisão. Esta assimetria é, em si mesma, um dado analítico relevante: não significa que os participantes masculinos não tenham histórias de vitimação, mas que estes não emergem no discurso sobre segurança da forma sistemática como emergem no discurso feminino, o que constitui um dado a explorar na discussão dos resultados.

Importa ainda assinalar que, nos dados das participantes femininas, emerge uma perceção de discriminação étnica que não pode ser ignorada na análise. Uma participante de etnia cigana (F6) descreve preconceito sistemático por parte de funcionárias e associa esse preconceito à sua maior vulnerabilidade à violência verbal e física dentro da ala, chegando mesmo a abandonar um trabalho que uma guarda lhe tinha conseguido por causa desse mesmo preconceito: *"estava com um sistema de bocas, por eu ser cigana, e eu para não me chatear e saí daí."* Este dado aponta para uma intersecção entre género e etnia que não pode ser tratada apenas como uma variável do género: nem todas as mulheres experienciam o estabelecimento da mesma forma, e a pertença étnica acrescenta uma camada específica de vulnerabilidade que a análise de género por si só não capta.

Um aspeto específico e analiticamente importante nos dados masculinos é a associação entre o tipo de crime e a vulnerabilidade à vitimação intramuros: M7 relata ser obrigado a ocultar o seu crime perante os pares porque certos reclusos constituem um risco específico para quem foi condenado por determinados tipos de ofensa. Agravando esta

situação, o mesmo participante denuncia a existência de guardas que divulgam deliberadamente essa informação para criar conflitos entre reclusos: *"A minha segurança deve-se, principalmente, ao tipo de crime que eu cometi, que tenho que esconder, depois há guardas que fazem questão de divulgar [...] para semear a discórdia."* Esta descrição torna impossível separar a violência entre pares da ação institucional: a segunda pode alimentar ativamente a primeira.

Resposta institucional: guardas, técnicos e perceções de equidade

A avaliação da resposta institucional a episódios de violência e de conflito é predominantemente crítica entre as participantes e os participantes, o que por si só é um dado significativo. Esta resposta é veiculada, em primeira linha, pelos guardas e, num segundo momento, pelos técnicos de reinserção social, razão pela qual a análise da relação com ambas as figuras institucionais se integra nesta discussão sobre a resposta à violência, e não como um tema autónomo.

Entre as participantes femininas, a relação com as guardas é descrita, na maioria dos relatos, como uma fonte de apoio emocional que ultrapassa a vigilância formal, como já foi referido a propósito das estratégias de gestão do quotidiano. As críticas dirigidas à resposta institucional centram-se, por isso, sobretudo na lógica exclusivamente punitiva das respostas disciplinares e na ausência de escuta prévia. F7 desenvolveu, a este propósito, a reflexão mais elaborada da investigação, argumentando que os estabelecimentos prisionais deveriam substituir a resposta punitiva por uma abordagem pedagógica, como demonstra o seguinte excerto:

> *"Eu acho que o estabelecimento prisional devia dar mais oportunidades e tentar ouvir mais os dois lados [...]. Eu acho que o estabelecimento prisional, em vez de, não, vais para o castigo, eu acho que podiam tentar ensinar como reagir [...]. Eu acho que nessa parte o estabelecimento prisional devia mudar, não pôr no castigo, mas alterar-se. Olha, tens estas reações que tu podes ter. Não podes levar a este extremo [...]. E explicar que não reagiu da melhor maneira, mas que pode mudar isso."(F7)*

O argumento de F7 vai além de uma crítica à ausência de diálogo, na medida em que articula a resposta disciplinar com as perspetivas de saída, uma ligação que F6 torna explícita,

no seguinte excerto: *“Nós ter castigos ou participações implica na nossa liberdade condicional. Mesmo em precárias e tudo, isso cai sobre a gente. Mesmo ao fim de seis meses de limpar a folha, está sempre ali escrito e há sempre forma de implicar.”*

Esta articulação entre resposta disciplinar e perspetivas de reintegração será retomada de forma mais aprofundada no tema seguinte, a propósito do peso do registo disciplinar sobre a liberdade condicional e as saídas precárias. F8 acrescenta a ausência de comunicação como uma falha estrutural: *"as guardas metem logo um castigo, ou fazem participação, não procuram saber o porquê."* F6 descreve ainda um episódio paradigmático de inação institucional: quando uma reclusa pede ao responsável para ser transferida de cela por já não aguentar o ambiente com as colegas de camarata, e este *"faz de conta que não se passa nada"*, uma reação que, para F6, equivale a dizer *"andem à porrada, não quero saber."*

Para os participantes do estabelecimento masculino, a relação com os guardas é mais heterogénea e inclui relatos de desrespeito sistemático, humilhação verbal e, nalguns casos, abuso deliberado de autoridade, dados que configuram, em si mesmos, uma forma de violência institucional, e que agravam a fragilidade do clima de insegurança já analisado a propósito da perceção de que a intervenção institucional é sempre tardia. M5 descreve condutas profissionais inadequadas: *"Há dois ou três que vêm sempre com a pinga. É visível na cara vermelha. E na maneira de lidar com os presos vê-se que beberam um bocado mais ao almoço."* M8 descreve uma assimetria que considera inaceitável: *"eles falam da maneira que eles querem, e nós não podemos responder"*, acrescentando que os reclusos são *"enxovalhados"* e *"insultados"* por alguns guardas. Neste mesmo registo, mas num grau de gravidade superior, M7 relata o caso de um guarda que perseguia reclusos e criava discórdia deliberadamente, ilustrando este comportamento com um episódio concreto em que testemunhou uma agressão e foi coagido a negar o sucedido:

> *“O guarda chamou esse recluso que falava comigo à parte, bateu-lhe, ele sentou-se todo marcado na sala onde me meteram, eu depois fui chamado para testemunhar isso, fui obrigado a dizer que não sabia de nada, senão ia sofrer represálias, e claro que tive medo.”*

Refletindo sobre este episódio, M7 avalia a conduta do guarda como uma violação clara dos deveres profissionais: *"O guarda em causa deveria ser posto também em casa. Que não faz*

parte das funções dele, de estar a criar discórdia entre reclusos. É pouco deontológico no código de conduta dele, de certeza."

M1, por seu lado, descreve o desinteresse total da direção do estabelecimento após uma agressão grave de que foi vítima: *"O preso é tratado assim, como um animal, entrou para ali, abre a porta, vai comer, abre a porta, vai tomar banho. Ninguém quis saber, até agora ninguém quis saber."* A perceção de tratamento desigual está presente em ambos os estabelecimentos. M3 formula-a de forma direta: *"Isto aqui tem dois pesos e duas medidas. Para uns é de uma maneira e para outros é de outra. Dependendo do rótulo."* O mesmo participante relata que esse rótulo lhe veda concretamente o acesso à escola e ao trabalho.

A relação com os técnicos de reinserção social é, em ambos os estabelecimentos, sistematicamente mais insatisfatória do que a relação com os guardas, o que constitui, em si mesmo, um dado preocupante: a figura institucional que deveria estar mais próxima do acompanhamento e da preparação para a saída é aquela com quem a relação é mais precária. Entre as participantes femininas, as críticas centram-se na indisponibilidade e na ausência de compreensão. A afirmação de F5, *"mais vale mentir às vezes para ser mais compreendidos"*, diz muito sobre a qualidade de uma relação que, por definição, deveria assentar na confiança e na abertura, como demonstra o seguinte excerto de F6:

> *"Há três meses que estou a dar o corpo à minha técnica e não há menos dela a me chamar. Aí, já sou obrigada a subir acima e ir ao patamar de cima mesmo para falar diretamente. Já não dá para ser com a técnica."(F6)*

No estabelecimento masculino, a situação descrita é mais grave, emergindo na maioria dos relatos à perceção de que o acompanhamento técnico é, na maioria dos casos, reduzido à elaboração de relatórios para fins processuais, sem qualquer dimensão de acompanhamento real: *"Eu só sou chamado quando precisam de relatórios. [...] Estou preso há um ano e oito meses. Só tive uma vez com o técnico da reinserção social."* (M3); *"O que dificultou é que as doutoras não querem fazer o trabalho delas, e uma pessoa não tem, praticamente, reinserção social nenhuma. Aí chega ao fim da pena a pessoa vai embora para a rua sem reinserção social."* (M4).

O caso de M1 documenta a situação mais grave neste domínio. O entrevistado descreve que a técnica elaborou relatórios indicando que o participante trabalhava numa biblioteca do estabelecimento, quando nunca lá tinha entrado, com consequências diretas na sua situação processual: *"Uma mentira destas não se faz [...]. Porque podia estar em liberdade, mas estou aqui."* Este dado levanta questões sérias sobre os mecanismos de supervisão do trabalho dos técnicos e sobre a responsabilização pelas consequências dos relatórios elaborados.

Existe, porém, um dado que contrasta com esta visão e que merece atenção. M7 descreve uma melhoria significativa e imediata após a mudança da técnica responsável pelo seu acompanhamento, como demonstra o seguinte excerto:

> *Todas as semanas metia pedidos para a técnica, para trabalhar ou para ter atividades. [...] via pessoas a entrar para a cadeia e a ter logo trabalho, e a ter logo tudo. E eu simplesmente sentia-me discriminado, sentia-me posto à parte. [...] Agora mudou a técnica, tive logo trabalho. Mas com as técnicas anteriores, nem sabia quem elas eram sequer. Nem me chamavam. (M7)*

Este contraste mostra que não se trata de uma impossibilidade estrutural, mas de uma deficiência no acompanhamento que depende de fatores individuais. O que deveria ser garantido por estruturas e protocolos institucionais está, na prática, sujeito à qualidade e à disponibilidade de cada técnico em particular, o que compromete a equidade e a consistência do serviço prestado.

4. Preparação para a saída e perspetivas de reintegração

Este último tema retoma e articula, de forma transversal, muitos dos elementos já discutidos nos temas anteriores. A forma como cada participante viveu a pena, a sua maior ou menor exposição à violência e a qualidade do acompanhamento técnico efetivamente recebido pesam diretamente na forma como projeta, ou não consegue projetar, a saída e o futuro. O contraste de género é, aqui, o mais marcado de toda a recolha de dados.

Apoios percebidos e preparação no estabelecimento feminino

No estabelecimento feminino, as perceções sobre a preparação para a saída são heterogéneas. Algumas participantes valorizam o acompanhamento psicológico, as técnicas

e projetos específicos de reinserção, descrevendo um processo gradual de preparação. F8 descreve o papel das educadoras como particularmente relevante: *"Vão nos preparando aos poucos, através de conversas e planos."* F5 valoriza um projeto específico: *"É uma reinserção que prepara-nos para não reincidir com o crime, prepara-nos para a rua. Ajuda-nos a arranjar trabalho e acompanha-nos, é muito fixe. É o projeto LEO"*, e defende que *"devia haver mais projetos extras como o projeto LEO, para a reintegração e devia abranger o EP todo."* F8 acrescenta que *"Eu estou num projeto para jovens menores de 30, mas nós falamos muita coisa de lá fora [...] E aqui nós ganhamos, seguramente, muita maturidade."* Nestes casos, existe um processo de preparação reconhecível e valorizado.

Noutros casos, porém, a ausência de qualquer apoio é descrita como total, e as consequências são formuladas com clareza. F3 é, talvez, o relato mais marcante da investigação neste tema. A participante não quer reincidir, isso é explícito e reforçado por uma invocação religiosa, mas antecipa a reincidência como consequência previsível da ausência de alternativas, que ilustra bem esta tensão:

> *"Tenho medo de não ter onde trabalhar e de voltar à minha dependência e peço muito a Deus que me ajude para não voltar a cometer um crime de tráfico que a minha liberdade não tem preço. Mas não tenho muita preparação. [...] Estive sempre sozinha e não tive ajuda. Aqui não me ofereceram ajuda, pelo que me deram aqui eu saía daqui e voltava logo para o tráfico."*

Estes excertos separam com clareza dois aspetos que não devem ser confundidos: a vontade de mudar e a possibilidade de mudar. F3 tem a primeira e não tem a segunda. A antecipação da reincidência não é uma ausência de motivação, é uma avaliação racional de uma situação em que não existem condições para agir de outra forma. Dados como estes apontam para a necessidade de intervenções concretas de preparação para a saída que não podem ser substituídas pela motivação individual.

A família surge também como fator estruturante das perspetivas de saída, com impactos opostos consoante os casos. Para F7, a família é a ancoragem mais importante para o regresso: *"o que tem mais importância é a família."* Para F4, a reação da família constitui um agravamento em vez de um suporte: *"Apontar o dedo é uma coisa que ainda nos põe*

mais em baixo." A mesma participante alerta para um dado com implicações diretas para o trabalho de reinserção: *"Há muita coisa que as reclusas não falam que guardam para elas."* Se há silenciamento, o acompanhamento técnico não pode ser efetivo, porque trabalha sobre informação incompleta.

O receio de F6 quanto ao peso do registo disciplinar sobre a liberdade condicional, já referido a propósito da resposta institucional, fecha um círculo que atravessa toda a análise: a resposta disciplinar aplicada no momento tem impacto direto nas saídas precárias e na liberdade condicional, tornando-se o obstáculo à reintegração no futuro.

Ausência de preparação e frustração no estabelecimento masculino

Entre os participantes do estabelecimento masculino, a perceção de ausência de preparação é quase unânime e é muito mais intensa do que no estabelecimento feminino. O eixo em torno do qual a frustração se organiza é o sistema de precárias: são percebidas como o mecanismo de reintegração gradual por excelência, e a sua recusa sistemática como a principal barreira a uma saída preparada. M4 resume bem este argumento:

> *"O que poderia ser diferente era [...] facilitar a reintegração social aos reclusos, as precárias, porque o ir à rua e vir, ir à rua e vir, reintegra a pessoa na sociedade. O não ir à rua, chegar ao fim de uma pena e mandarem uma pessoa embora ao final de 10 anos, isso não é reintegração social."*

Vários participantes descrevem, cada um à sua maneira, o mesmo ciclo vicioso: a recusa de precárias gera frustração, a frustração gera incidentes disciplinares, e os incidentes inviabilizam futuras precárias. M8 descreve-o de forma direta: *"Cortam sempre precária. [...] Ficam revoltados. Começamos a partir tudo. O que acontece? Vamos para o castigo."* O que torna este ciclo particularmente problemático é que ele se reproduz: cada interrupção gera as condições para a interrupção seguinte, sem que a instituição intervenha para o quebrar. A perceção de arbitrariedade na concessão de precárias agrava esta frustração: *"E não dão precárias a ninguém, só dão precárias às pessoas que lhes convêm"* (M8); *"Praticamente as técnicas, se é não, é não. Dizem que toda a gente diz que não. O diretor diz que não, o*

juiz diz que não, toda a gente diz que não" (M4). M5 propõe uma alternativa com base numa avaliação individualizada em vez da decisão coletiva, como se verifica a seguir:

> *"Nesta cadeia faz-se um ano, dois terços, precárias, é tudo barrado só porque sim. E a primeira precária é barrada a toda a gente. Porque dizem que a primeira é muito precoce. Eu acho que não deveria ser assim mesmo, deviam avaliar cada caso. Ao invés de tudo ser tudo no geral."*

A ausência de acompanhamento técnico real, já referida a propósito da resposta institucional, vê-se aqui claramente: quando não há acompanhamento, a única preparação possível é a que cada um faz por conta própria. M3 é explícito: *"Eu sinceramente não tive preparação nenhuma. A preparação que fiz foi todo sozinho lá fora. A nível prisional, nunca tive apoio de ninguém."* M7, em fase inicial da pena, relata que nunca ninguém foi falar com ele sobre reintegração: *"nunca ninguém veio falar comigo sobre reintegrações ou sobre saída, lá está estou no início da pena, não penso nisso sequer."* M6 sugere o que considera que falta e que seria eficaz: *"Se calhar falar mais sobre as emoções e sobre como nos sentimos. E falar sobre os nossos limites e dos outros."* Esta proposta, modesta na forma mas pertinente no conteúdo, contrasta com a descrição que todos os outros fazem de um acompanhamento reduzido a formalismos.

Quanto à participação em programas de reinserção, os relatos são escassos e marcadamente céticos quanto ao seu valor. M1 questiona por que motivo as educadoras, cuja função é precisamente reinserir, não desenvolvem programas dirigidos aos reclusos: *"não são capazes de fazer um programa a um recluso para dar uma reinserção na sociedade?"* M2, que integra um programa institucional, atribui a si próprio, e não ao programa, o mérito de qualquer mudança pessoal: *"a mim não foi o programa, fui eu próprio. O programa para mim não me diz nada."* O próprio M6, cuja sugestão sobre trabalhar as emoções já foi referida, integra também um programa institucional sobre o qual mantém a mesma incerteza: *"Ando a fazer um programa, mas não sei."* Esta desvalorização generalizada reforça a leitura de que os participantes do estabelecimento masculino vivem maioritariamente a preparação para a saída como uma responsabilidade individual, e não como um processo sustentado pela instituição.

Apesar desta ausência generalizada de suporte institucional, a paternidade e os vínculos familiares emergem nos relatos masculinos como as principais motivações para a mudança: *"Agora eu tenho filhos, tenho que tentar mudar a minha vida"* (M4); *"Não quero ir mais preso nem por esse crime, e nem por outro"* (M2). A motivação existe: os dados não permitem afirmar que os participantes masculinos não querem reintegrar-se. O que não existe é um suporte institucional que enquadre e sustente essa motivação ao longo do processo, tal como acontece com F3, no estabelecimento feminino, cujo receio de não ter onde trabalhar e de voltar à dependência já foi analisado.

Também aqui a vontade de mudar e a possibilidade de mudar são duas realidades distintas: a primeira está presente nos discursos, a segunda é a que a instituição deveria garantir e que, nos dados, está largamente ausente.

Lidos em conjunto, estes quatro temas traçam um percurso: a forma como cada participante significa a reclusão molda a adaptação e o sofrimento emocional que esta produz; a exposição à violência e a qualidade da resposta institucional acrescentam uma camada de sofrimento adicional; e tudo isto acaba por condicionar a forma como a saída e a reintegração são projetadas ou temidas. Ao longo destes temas, a perspetiva de género mantém-se sistemática, mas não uniforme: as participantes femininas tendem a atribuir à reclusão significados mais ambivalentes e a encontrar nas guardas um recurso relacional de suporte, ao passo que os participantes masculinos descrevem um quotidiano mais marcado pela desconfiança, pela violência direta e pela ausência quase total de acompanhamento técnico. Em ambos os grupos, no entanto, um dado repete-se: a motivação pessoal para a mudança está presente, mas falta o suporte institucional que a sustente, contraste com a vontade de mudar e a possibilidade de mudar, que a discussão dos resultados retoma de seguida, cruzando estes dados com a literatura sobre prisionização, género e reintegração social.

CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar, numa perspetiva de género, o modo como as experiências de vitimação e de violência vividas em contexto prisional influenciam o processo de adaptação à prisão e a preparação para a saída e a reintegração social dos

indivíduos. Recorrendo a uma abordagem qualitativa, procurou-se aceder às perceções e aos significados que os próprios participantes atribuem às suas vivências de reclusão, tendo em conta a complexidade das respostas institucionais, as dinâmicas relacionais estabelecidas intramuros e as especificidades associadas ao género. Neste capítulo, os principais resultados são discutidos à luz da literatura teórica e empírica sobre esta temática. Para além de se discutirem os dados tendo em consideração o conhecimento já produzido, procura-se, sobretudo, interpretar as razões que poderão estar na origem das diferenças encontradas entre homens e mulheres em situação de reclusão, num exercício interpretativo que atravessa todo o capítulo, em vez de se limitar a uma leitura descritiva tema a tema.

Um primeiro eixo de análise incide sobre a forma como os participantes vivem as experiências de vitimação e de violência em contexto prisional, e sobre o modo como estas parecem moldar o processo de adaptação à prisão e a participação em programas de reinserção. Um dos dados mais marcantes deste eixo é o facto de homens e mulheres atribuírem sentidos radicalmente distintos à mesma condição objetiva de reclusão. Entre as participantes femininas, a reclusão surge, de forma recorrente, associada a um ponto de rutura face a trajetórias anteriores de toxicodependência e de violência, sendo a prisão, em alguns casos, descrita como um espaço de maior proteção do que a vida em liberdade. À primeira vista, esta descrição poderia parecer contraditória com os relatos de violência que também são feitos pelas próprias participantes dentro do estabelecimento. A leitura que aqui se propõe é a de que não se trata de continuidade de violência, mas de um contraste de referência. É precisamente à luz da vulnerabilidade acumulada antes da reclusão e não apesar dela que a prisão pode ser lida como um ponto de rutura relativamente protetor. Não porque a instituição elimine o risco, mas porque interrompe, ainda que de forma ambígua e imposta, um percurso de exposição contínua a que estas mulheres estavam sujeitas antes de entrar no sistema prisional. Esta leitura aproxima-se da literatura que sublinha que, para muitas mulheres, a entrada no sistema prisional não corresponde ao início da exposição ao risco e ao dano, mas surge no seguimento de trajetórias de vida já marcadas pela vitimação e pela precariedade vividas no exterior (Chesney-Lind & Pasko, 2013; Covington, 2007). No mesmo sentido, converge com Bosworth (1999), para quem as mulheres tendem a interpretar a experiência prisional a partir das suas trajetórias de vida e das relações interpessoais, atribuindo maior centralidade a estas do que ao confronto físico em si. Já entre os participantes masculinos, a

reclusão é descrita, de forma quase unânime, como uma condição que "*tem de ser suportada*", sem qualquer referência a ganhos pessoais. Esta visão aproxima-se das premissas propostas no modelo da privação de Sykes (1958), segundo o qual a pena é vivida essencialmente como acumulação de perdas de liberdade, de autonomia e de confiança nos outros. Os relatos de um quotidiano marcado por desconfiança generalizada remetem para o que Crewe (2011) designa por *tightness* da experiência prisional, ou seja, vivência num ambiente que gera sofrimento e insegurança através do controlo psicológico, mesmo quando a violência física não está visível. Importa, no entanto, notar que este desgaste psicológico não substitui a violência física nos relatos masculinos, mas soma-se a ela, uma vez que a exposição direta a agressões continua a ser descrita como uma realidade muito presente.

Associada a este, a perceção de segurança distribui-se de forma marcadamente distinta pelos relatos dos participantes. Entre as participantes femininas coexistem relatos diversos de ambientes controlados e de violência recorrente, ao passo que, no estabelecimento masculino, nenhum participante descreveu o ambiente como seguro. Este contraste é lido aqui como um indício de que a violência no universo prisional masculino assume, nos relatos recolhidos, um caráter estrutural e transversal, e não apenas um traço de reclusos particularmente conflituosos. Esta leitura aproxima-se da de Edgar et al. (2003) que, num dos estudos de referência sobre violência prisional, mostram que esta decorre menos de características individuais dos reclusos e mais de normas institucionais e culturais que acabam por promover a violência como forma de gerir conflitos. Também é consistente com o proposto por Ireland (2002), que demonstra que a simples exposição a um ambiente onde o *bullying* é frequente já produz medo e hipervigilância nos reclusos, mesmo quando não sofrem agressões diretas, o que ajuda a explicar por que razão os participantes descrevem um quotidiano organizado em torno da desconfiança e do alerta permanente, independentemente de terem sido ou não vítimas diretas. A ideia, presente nos relatos, de que a segurança depende sobretudo de vigilância pessoal permanente aproxima-se também do que Martens e Crewe (2025) descrevem como *bounded safety*, uma segurança sempre condicional, típica de ambientes institucionais de baixa confiança. Alguns participantes relataram, ainda, episódios de exposição direta à violência grave, no caso, agressões físicas presenciadas e a limpeza de sangue após um esfaqueamento entre colegas, algo que a literatura associa à hipervigilância e a um estado de medo persistente, mesmo sem agressão pessoal direta (Ireland, 2002).

Vale a pena perguntar o que poderá explicar este contraste tão marcado entre os relatos dos dois grupos de participantes, uma vez que não parece decorrer apenas de traços individuais. Os relatos masculinos remetem para uma lógica de estatuto conquistado pela força e pelo confronto entre pares, em que a segurança pessoal decorre mais do respeito obtido junto dos outros reclusos do que da confiança na instituição, um padrão que espelha de perto a cultura de hierarquias informais já identificada na literatura sobre *prisionização* (Sykes, 1958; Clemmer, 1940). Esta gestão do risco através de estruturas informais de poder entre reclusos, e não através dos canais institucionais, ajuda a explicar por que razão a desconfiança em relação aos pares e aos guardas parece ser, mais do que uma disposição pessoal, uma resposta racional a um sistema onde a segurança é gerida informalmente e pela força. Consistente com este padrão é também a estratégia de isolamento deliberado descrita por vários participantes masculinos, que espelha o autocontrolo individualista e a gestão solitária do risco identificados na literatura sobre adaptação prisional masculina (Crewe, 2011).

Uma segunda hipótese interpretativa, relativa à gestão institucional do contacto entre reclusos, encontra também apoio nos relatos recolhidos. Vários participantes masculinos percecionam a resposta institucional como desigual, dependente de reputações e históricos prévios mais do que de critérios uniformes, o que pode gerar incentivos adicionais para a autoproteção individual em vez da confiança nos mecanismos formais. A própria heterogeneidade da população prisional é também apontada como fator que contribui para este clima, sugerindo que a composição e a gestão da convivência entre reclusos, e não apenas a violência em si, alimentam a desconfiança generalizada. Em conjunto, estes relatos sugerem que a insegurança percecionada pelos participantes masculinos não é apenas uma questão de perfil individual, mas parece estar associada a uma configuração institucional em que hierarquias informais de força, uma aplicação percecionada como desigual das respostas institucionais, e a gestão da composição e do contacto entre reclusos se combinam para favorecer a desconfiança generalizada, em vez de a atenuar.

Este clima de desconfiança ajuda também a compreender as estratégias de adaptação predominantemente individualistas descritas pelos participantes masculinos. Num estudo qualitativo com reclusos de um estabelecimento prisional português, Soares (2022) observou que a perceção de vitimação está associada ao modo como se desenvolve (ou não) a confiança

entre reclusos, relacionando-se com relações homossociais superficiais e com o evitamento de partilha de fragilidades emocionais. Este padrão converge com o evitamento da proximidade e a postura de vigilância constante descritos pelos participantes deste estudo.

Um resultado que estende esta leitura de género para além da dicotomia masculino/feminino é o relato de uma participante de etnia cigana (F6), que associa o preconceito racial de que foi alvo dentro da ala a uma maior vulnerabilidade a situações de vitimação. Este relato não deve ser lido como um efeito lateral ou anedótico da experiência de reclusão: constitui antes um indício de que o género, por si só, não esgota a compreensão da vitimação em contexto prisional. A criminologia feminista, incorporando a perspetiva interseccional proposta por Crenshaw (1989), tem defendido que categorias como género, etnia e classe social não operam de forma isolada ou meramente aditiva, mas interligam-se, produzindo formas específicas de vulnerabilidade (Burgess-Proctor, 2006). À luz desta perspetiva, o preconceito étnico relatado por esta participante não substitui a dimensão de género da sua experiência prisional, pelo contrário, parece acrescentar-lhe uma camada adicional de vulnerabilidade. Este resultado reforça a necessidade de investigações futuras sobre vitimação em contexto prisional incorporarem, desde a fase de desenho amostral, uma abordagem interseccional mais robusta do que aquela que este estudo, de natureza essencialmente exploratória neste domínio, permite oferecer.

Quanto às estratégias de adaptação ao estabelecimento prisional, os dados apontam para uma clara divergência entre géneros. As participantes femininas recorrem predominantemente à ocupação através do trabalho e da participação em atividades, bem como à relação de proximidade com algumas guardas, como forma de gestão emocional e de adaptação à reclusão. Os participantes masculinos, por sua vez, descrevem estratégias mais individualistas, assentes no autocontrolo emocional, na vigilância permanente do próprio comportamento e na gestão da desconfiança face aos restantes reclusos. Este padrão de adaptação masculina não parece dissociável do clima de insegurança estrutural já descrito. Se a violência é percecionada como ameaça constante e a intervenção institucional como tardia, a via mais racional de gestão do quotidiano tende a ser a autossuficiência emocional e a vigilância permanente, e não a construção de vínculos de confiança com pares ou com guardas. Esta interpretação ajuda a compreender por que motivo emergem, de forma distinta,

a busca de proximidade relacional entre as mulheres e o autocontrolo individualista entre os homens. Mais do que traços de género fixos, estas parecem constituir respostas adaptativas a contextos institucionais e relacionais distintos, possivelmente também influenciadas por normas de género socialmente construídas (Sykes, 1958; Crewe, 2011). Este contraste converge com a literatura clássica sobre a experiência prisional feminina, que descreve formas de adaptação centradas nas relações interpessoais, nos vínculos afetivos e nas redes de apoio, distinguindo-se dos padrões tradicionalmente descritos nas prisões masculinas (Giallombardo, 1966; Owen, 1998). Os dados são, também, consistentes com a ideia de que os modelos clássicos de prisionização, desenvolvidos a partir da experiência de homens reclusos (Clemmer, 1940), captam apenas parcialmente a experiência das mulheres reclusas, cuja adaptação parece fortemente influenciada pelas relações sociais e pelas trajetórias de vida. Importa, ainda, referir que a conceção da prisão como *instituição total* (Goffman, 1961) tem vindo a ser investigada por estudos que descrevem os estabelecimentos prisionais como instituições mais "porosas", na medida em que pessoas, recursos e vínculos externos continuam a atravessar os seus limites e a moldar a experiência da reclusão (Ellis, 2021). Esta perspetiva ajuda a compreender por que razão o apoio familiar permanece, para muitas participantes, um recurso central de adaptação. Já a relação de proximidade estabelecida com algumas guardas parece resultar sobretudo das dinâmicas internas da própria instituição, constituindo um recurso adicional de gestão emocional, distinto da influência exercida pelos vínculos externos.

Um segundo eixo de análise incidiu sobre o modo como os participantes interpretam as respostas institucionais a situações de vitimação e de violência. Os dados são predominantemente críticos, mas a natureza da crítica difere por género. Entre as participantes femininas, a relação com as guardas é descrita, na maioria dos casos, como uma fonte de apoio emocional que ultrapassa a vigilância formal, e as críticas dirigem-se sobretudo à lógica exclusivamente punitiva das respostas disciplinares, valorizando-se antes uma resposta de cariz mais pedagógico. Esta distinção aproxima-se daquela que a literatura estabelece entre uma resposta institucional assente na legitimidade, na justiça e no exercício da autoridade e respostas assentes em formas de controlo predominantemente coercivas (Liebling & Arnold, 2004). Um dos relatos femininos, relativo à ausência de resposta institucional a um pedido de mudança de cela, ilustra uma situação de omissão que, segundo

esta mesma literatura, tende a associar-se a perceções de arbitrariedade e de perda de legitimidade da autoridade.

No estabelecimento masculino, os participantes formulam uma crítica mais direta, com relatos de condutas profissionais inadequadas, humilhação verbal e abuso de autoridade, dados que apontam para uma forma de violência vertical exercida pelo próprio corpo de guardas, tal como percecionada pelos participantes. Mais relevante é, ainda assim, a lógica retrospetiva de intervenção identificada nos relatos masculinos: segundo os participantes, os guardas atuam apenas depois de o conflito já ter causado dano. Uma visão reativa que Edgar et al. (2003) também identificam e criticam como pouco eficaz na prevenção da violência prisional. Esta perceção de reatividade institucional relaciona-se diretamente com a sensação generalizada de insegurança já descrita no eixo anterior e é consistente com a literatura que destaca a importância da prevenção da violência e da construção de uma autoridade percecionada como legítima para a promoção de um clima prisional seguro. Neste contexto, quando a autoridade é percecionada como legítima e as respostas institucionais são consistentes e justas, os reclusos tendem a aceitar as regras institucionais de forma mais voluntária e menos conflituosa, reduzindo a necessidade de imposição coerciva. Pelo contrário, quando essa legitimidade é comprometida e as respostas institucionais são percecionadas como inadequadas, aumenta a resistência à autoridade e fragiliza-se o sentimento de segurança no estabelecimento prisional (Edgar et al., 2003; Liebling & Arnold, 2004). Esta visão parece refletir-se nos relatos masculinos recolhidos, uma vez que a autoridade tende a ser vivida como arbitrária, o que gera maior resistência e alimenta o próprio ciclo de insegurança que a intervenção tardia devia prevenir.

Estas dinâmicas relacionais com as guardas prisionais atravessam, de resto, todo este eixo de análise, não podendo ser tratadas como uma dimensão autónoma e desligada da resposta institucional à violência. Entre as participantes femininas, a relação de proximidade já descrita parece funcionar como um verdadeiro fator protetor face à vitimação, na medida em que a literatura sobre suporte social em contexto prisional atribui a este tipo de interação um papel na redução do stress associado à reclusão (Edison & Haynie, 2023). Entre os participantes masculinos, pelo contrário, a relação com os guardas é descrita de forma marcadamente mais heterogénea e conflituosa, o que reforça a ideia de que a violência

institucional constitui uma dimensão distinta, mas contígua, da violência entre pares (Edgar et al., 2003). Esta diversidade relacional é também consistente com o padrão de gestão da desconfiança já identificado: se os participantes masculinos evitam deliberadamente a proximidade com os pares por receio de vitimação (Soares, 2022), a mesma lógica de autopreservação parece estender-se à relação com os guardas, tornando-a funcional e distante, em contraste com o padrão predominantemente relacional e próximo descrito pelas participantes femininas. No seu conjunto, estes resultados sugerem que a qualidade da relação entre reclusos e guardas não é um fator isolado, mas antes um espelho da forma mais ampla como a confiança, a proximidade e o risco são geridos e percecionados em cada grupo.

Um dado transversal aos relatos de ambos os grupos de participantes, e particularmente relevante para a preparação da saída, merece ser descrito desde já, retomando-se mais à frente a sua relação com o processo de reintegração: a perceção de que a resposta disciplinar tem consequências que ultrapassam o momento do incidente. O registo de infrações disciplinares condiciona diretamente o acesso a saídas precárias e à liberdade condicional, o que transforma cada episódio de conflito, mesmo quando resulta de dinâmicas alheias ao próprio recluso, num obstáculo adicional ao percurso de reintegração. Este mecanismo aproxima-se, dentro do próprio sistema prisional, do que Pager (2003) descreve a propósito do registo criminal como uma "marca" que condiciona, de forma persistente, o acesso a oportunidades futuras, independentemente da mudança pessoal entretanto ocorrida: também aqui, o registo disciplinar parece funcionar como uma marca interna que continua a penalizar o recluso muito depois do incidente que lhe deu origem. Como se detalha na vertente dedicada à preparação para a saída, é esta ligação entre o momento disciplinar e o processo de saída que os participantes masculinos descrevem como um ciclo do qual dificilmente conseguem escapar. Relata-se uma resposta institucional que, ao penalizar o incidente sem atender às circunstâncias relacionais que o precedem, parece antes reforçar do que atenuar a insegurança que está na origem desses mesmos incidentes.

Um terceiro eixo de análise procurou compreender as narrativas dos participantes sobre os efeitos destas experiências no seu bem-estar físico, psicológico e emocional. Os dados são consistentes com a literatura que associa a exposição a eventos traumáticos em contexto prisional a um sofrimento que ultrapassa o episódio inicial (Facer-Irwin et al., 2023;

Piper & Berle, 2019). Entre as participantes femininas, a dor mais referida não foi a privação de liberdade em si, mas a separação dos filhos. Este resultado é consistente com a evidência de que esta rutura relacional constitui uma barreira estrutural, frequentemente invisível às estatísticas oficiais de incidentes disciplinares (Granja et al., 2015). Foram também relatados episódios de exposição direta a eventos traumáticos, como o testemunho de um suicídio, que se somam a esta dor relacional. Nos relatos masculinos, o sofrimento psicológico surge frequentemente associado à exposição direta à violência intramuros, e à perceção recorrente de que a resposta institucional falha em validar essa experiência. Os relatos de M7 e de M8 ilustram este padrão de formas distintas: um através da exposição direta a um episódio de violência grave, outro através de perseguição e humilhação sustentadas por parte de um guarda, mas convergem na mesma perceção de desamparo institucional perante queixas repetidas. Em conjunto, sugerem que esta falha na validação do sofrimento psicológico masculino não decorre de uma falha pontual e isolada de um técnico em particular, mas de um padrão institucional mais amplo de desvalorização ou desresponsabilização perante o sofrimento relatado pelos reclusos. A perceção de desamparo institucional reforça a necessidade, salientada por Piper e Berle (2019), de respostas informadas pelo trauma, capazes de reconhecer e intervir perante o impacto psicológico das experiências potencialmente traumáticas vividas durante a reclusão. Esta falha institucional não surge dissociada do padrão de autossuficiência emocional já identificado entre os participantes masculinos: os mesmos reclusos que evitam expor fragilidade perante os pares deparam-se, também no contacto com os serviços de apoio psicológico, com uma resposta que não valida o que relatam sentir. Não parece existir, para estes participantes, um espaço reconhecido, relacional ou institucional, onde o sofrimento possa ser expresso sem custos para a forma como são percecionados.

Este padrão não parece decorrer apenas de episódios pontuais de violência. Num estudo qualitativo com pessoas idosas privadas de liberdade e profissionais de saúde mental em contexto prisional, McLennan et al. (2025) identificam, entre os principais stressores psicológicos da reclusão, a perda de autonomia e a falta de proximidade nas relações sociais. Isto sugere que o sofrimento psicológico em meio prisional resulta também de condições estruturais que comprometem, de forma persistente, os recursos disponíveis para lhe fazer face. Esta leitura mais estrutural ajuda a situar a perceção de insuficiência da resposta

institucional não como falha pontual de um técnico em particular, mas como possível reflexo de um sistema de apoio psicológico pouco preparado, no seu desenho atual, para reconhecer e validar este tipo de sofrimento.

Os dados introduzem ainda uma nuance à leitura de género frequentemente presente na literatura, segundo a qual as mulheres tendem a apresentar respostas mais internalizadas ao trauma, enquanto os homens revelam com maior frequência formas de resposta externalizadas (Tolin & Foa, 2006). Os relatos recolhidos são, em larga medida, consistentes com esta tendência, mas alguns testemunhos masculinos mais intensos, como o já referido, revelam também formas claras de sofrimento internalizado. Estes dados sugerem, assim, que tais diferenças devem ser compreendidas como tendências predominantes, e não como categorias rígidas ou mutuamente exclusivas.

Um quarto eixo de análise incidiu sobre o modo como as experiências de vitimação e de violência influenciam as perspetivas dos participantes relativamente à preparação para a saída da prisão e ao processo de reintegração social, nomeadamente ao nível das necessidades sentidas e dos apoios considerados relevantes. Os resultados relativos à preparação para a saída revelam o contraste de género mais marcado de toda a investigação e são consistentes com a ideia de que a preparação para a saída não pode ser reduzida aos trâmites administrativos da libertação, exigindo antes um processo contínuo de acompanhamento que se prolongue ao longo do percurso prisional e após a libertação, como defendido pelas abordagens de *throughcare* (Kendall et al., 2018) e pelos estudos que concetualiza a reintegração como um processo gradual e não linear (Schinkel, 2014). Entre as participantes femininas, a preparação para a saída surge como uma realidade variada. Enquanto algumas participantes valorizam projetos específicos de reinserção e o acompanhamento de técnicos, outras descrevem uma ausência total de apoio, antecipando a reincidência não por falta de motivação, mas pela inexistência de alternativas concretas. Este isolamento face à ausência de suporte institucional aproxima-se do que Nugent e Schinkel (2016) designam por *pains of desistance*. A partir de narrativas de pessoas em processo de desistência criminal, os autores mostram como o afastamento de antigas redes associadas ao crime, *o knifing off*, pode conduzir a uma experiência de isolamento quando não é acompanhado pela construção de novas relações sociais nem pelo reconhecimento de mudança por parte dos outros. Este

resultado ilustra, também, a distinção proposta por Maruna (2001) entre a motivação individual para a mudança e as condições sociais que permitem sustentá-la ao longo do tempo, e aproxima-se do que Opsal (2012) descreve, junto de mulheres recentemente libertadas, quanto às dificuldades persistentes de acesso ao emprego e de integração social que comprometem a reconstrução de uma identidade convencional. Entre os participantes masculinos, a perceção de ausência de preparação é quase unânime, organizando-se em torno do sistema de saídas precárias e do ciclo já descrito a propósito das respostas institucionais. Isto advém da recusa de precárias que gera frustração, podendo favorecer novos incidentes disciplinares, que por sua vez inviabilizam futuras precárias, sem que a instituição pareça intervir para interromper este processo. Este ciclo ilustra, na prática, o mecanismo já descrito a propósito do registo disciplinar como uma marca persistente (Pager, 2003): cada novo incidente reforça o obstáculo em vez de o resolver, dificultando o acesso às próprias oportunidades, saídas precárias, liberdade condicional, que poderiam romper o ciclo.

Os dados deste estudo sugerem um elemento adicional, pouco discutido na literatura, no sentido em que, não é apenas o impacto da vitimação que parece limitar as oportunidades de reintegração, mas também a forma como a própria resposta institucional aos incidentes disciplinares contribui para perpetuar esse ciclo. Esta perspetiva aproxima-se das conclusões de van den Berg et al. (2018), que evidenciam como condições prisionais mais restritivas podem limitar oportunidades de contacto com o exterior e de preparação para a reintegração social. Entre os participantes masculinos que referem estar ou ter estado integrados em programas formais de reinserção, a avaliação é marcadamente cética, sendo a mudança pessoal atribuída sobretudo ao esforço individual e não ao programa em si. Este padrão é consistente com a centralidade que Maruna (2001) atribui à narrativa pessoal de mudança na desistência do crime. Este ceticismo contrasta com a avaliação claramente mais positiva que as participantes femininas fazem de projetos formais equivalentes, como um projeto de reinserção do próprio estabelecimento prisional, referido por várias participantes, designado pelas próprias como "*projeto LEO*", orientado para a preparação da saída, a prevenção da reincidência e o apoio à inserção profissional após a libertação, valorizado pela sua orientação prática e continuada. Este contraste sugere que a diferença não estará tanto no formato "programa" em si, mas na forma como cada estabelecimento o desenha e implementa,

o que remete, uma vez mais, para diferenças de organização institucional entre os dois estabelecimentos, e não apenas para diferenças de disposição pessoal dos participantes.

Em ambos os grupos, os laços familiares emergem como principal fator estruturante das perspetivas de saída, ainda que assumam significados distintos consoante o género. Entre os participantes masculinos, a família é descrita sobretudo como a principal motivação para construir um percurso diferente após a libertação. Entre as participantes femininas, os vínculos familiares surgem simultaneamente como fonte de apoio e de sofrimento, coexistindo o desejo de reconstruir relações com o receio do julgamento, da rejeição e da perda do papel materno. Esta ambivalência encontra paralelo na literatura que evidencia como as mulheres em situação de reclusão enfrentam desafios sociais acrescidos, decorrentes não apenas do encarceramento, mas também da transgressão das expectativas culturais associadas à maternidade (Crewe et al., 2017).

Ao longo deste capítulo, o género revelou-se uma vertente transversal, mas não uniforme, a todos os temas analisados. Mais do que este padrão em si, importa a pergunta que atravessou toda a discussão: porque emergem estas diferenças? A leitura aqui proposta é a de que não resultam de disposições individuais fixas nem de uma diferença de género abstrata, mas da forma como normas de socialização associadas à masculinidade e à feminilidade parecem interagir com configurações institucionais concretas. Isto reflete-se no modo como cada estabelecimento organiza a supervisão, o contacto entre reclusos e a resposta disciplinar. É esta interação que molda de forma diferenciada o modo como homens e mulheres reclusos gerem a confiança, o risco e o sofrimento, e que atravessa também, de forma não redutível ao género, experiências como a da participante de etnia cigana (F6) o que serve de lembrete de que esta leitura, apesar de transversal, não esgota a complexidade das vivências analisadas. Esta conclusão reforça a necessidade de respostas institucionais sensíveis ao género e sensíveis, também, aos eixos de desigualdade que o atravessam (Chesney-Lind & Pasko, 2013).

Contributos do estudo, limitações e pistas para investigações futuras

Tendo sido discutidos os principais resultados deste estudo, importa, agora, sistematizar os contributos que o mesmo oferece tanto para a teoria, como para a prática, bem como as limitações que devem ser tidas em conta na leitura dos seus resultados.

Este estudo contribui para o conhecimento científico sobre a violência e a vitimação em contexto prisional de várias formas. Em primeiro lugar, incide sobre uma população pouco estudada no contexto português, através de uma abordagem qualitativa que privilegia o significado que os próprios reclusos atribuem às suas experiências, preenchendo uma lacuna num campo que tem privilegiado sobretudo dados estatísticos institucionais. Em segundo lugar, a recolha de dados junto de indivíduos a cumprir medida privativa de liberdade num estabelecimento prisional feminino e num estabelecimento prisional masculino permite uma comparação direta entre géneros pouco comum na investigação nacional. Como ficou evidente ao longo deste capítulo, esta comparação mostra-se indispensável: o género não atua como uma variável acessória, mas como uma vertente que reconfigura o significado da própria reclusão, da segurança, da adaptação e da preparação para a saída. Por fim, há um contributo que decorre do próprio desenho do estudo: ao articular a adaptação ao quotidiano prisional com a preparação para a saída, evita-se tratar estas duas dimensões de forma desligada da violência e da vitimação que lhes estão subjacentes, contribuindo para uma leitura mais integrada de como o dano sofrido dentro da prisão atravessa também o processo de saída.

No plano prático, os resultados obtidos podem informar diretamente a intervenção em contexto prisional e a formação dos profissionais que nele atuam, evidenciando-se quatro implicações principais. Os relatos de sofrimento psicológico não validado pelos serviços de apoio, sobretudo entre os participantes masculinos, evidenciam a necessidade de reforçar a formação de técnicos de saúde mental prisional em respostas informadas pelo trauma. Os relatos de intervenção tardia, humilhação verbal e abuso de autoridade apontam também para a pertinência de reforçar a formação dos guardas em gestão preventiva de conflitos e em conduta profissional, uma lacuna que não se resolve apenas através de mais vigilância, mas através de uma alteração na forma como a autoridade é exercida no quotidiano prisional. A relação de proximidade que algumas participantes femininas estabelecem com as guardas, funcionando informalmente como substituto de um acompanhamento técnico mais estruturado, sugere ainda a pertinência de formalizar este recurso, em vez de o manter dependente da disponibilidade pessoal de cada profissional. Por fim, a fragilidade generalizada do acompanhamento técnico de preparação para a saída, transversal a participantes de ambos os grupos, aponta para a necessidade de reforçar modelos de

acompanhamento contínuo ao longo de todo o percurso prisional, e não apenas nos meses que antecedem a libertação. Estes contributos podem informar a definição de linhas de intervenção mais ajustadas às necessidades diferenciadas de homens e mulheres em contexto prisional.

Contudo, este estudo não está isento de limitações. Uma primeira limitação prende-se com o facto de a saturação teórica não ter sido atingida de forma homogénea entre os diferentes temas. Os relatos relativos à adaptação institucional e à perceção geral do contexto prisional revelaram uma redundância considerável entre participantes, o que sugere a aproximação a um ponto de saturação, ao passo que os relatos de experiências pessoais de vitimação e violência foram, nalguns casos, mais evasivos ou pouco pormenorizados. Os dados relativos a estas experiências mais sensíveis devem, por isso, ser interpretados com particular cautela. Esta limitação sugere que investigação futura amplie o número de entrevistas dedicadas especificamente aos relatos de vitimação e violência pessoal, eventualmente através de múltiplos momentos de recolha com os mesmos participantes, o que poderia permitir construir uma relação de maior confiança ao longo do tempo e colmatar esta assimetria.

Uma segunda limitação, talvez a mais estrutural do desenho deste estudo, prende-se com a impossibilidade de dissociar por completo o efeito do género do efeito do próprio estabelecimento prisional. Os dados foram recolhidos junto de um único estabelecimento feminino e de um único estabelecimento masculino, pelo que as diferenças atribuídas ao longo deste capítulo a processos de socialização de género podem também refletir, em parte, características particulares destes dois estabelecimentos em concreto. Investigação futura que comparasse os dados recolhidos junto de indivíduos a cumprir medida em diferentes estabelecimentos prisionais femininos e masculinos entre si permitiria perceber com maior segurança o que decorre do género e o que decorre das características particulares de cada instituição.

Uma terceira limitação relaciona-se com a desejabilidade social inerente à recolha de dados sobre temas como a violência sofrida ou praticada em contexto prisional: é possível que alguns participantes tenham modulado os seus relatos por receio de julgamento ou de repercussões institucionais, atenuando a expressão de experiências particularmente graves ou estigmatizantes. Esta limitação poderia ser mitigada, em estudos futuros, através da

triangulação com outras fontes de dados, como registos disciplinares, confrontando as narrativas dos participantes com outros registos da mesma realidade.

Uma quarta limitação diz respeito à ausência da perspetiva institucional. Este estudo debruçou-se exclusivamente sobre os relatos dos próprios reclusos, incluindo a forma como avaliam a conduta dos guardas, a resposta disciplinar e a eficácia dos programas de reinserção. Esta opção decorre do próprio objetivo do estudo, centrado na perspetiva de quem vive a reclusão; ainda assim, importa reconhecer que o retrato construído reflete apenas um dos lados da relação institucional. Um estudo de desenho longitudinal, que acompanhasse o mesmo grupo de reclusos ao longo de várias fases do percurso prisional e que integrasse, em paralelo, entrevistas a guardas e técnicos dos mesmos estabelecimentos, permitiria complementar, a partir do lado da instituição, a leitura que este estudo apenas conseguiu construir a partir da perspetiva dos reclusos, e observar, em simultâneo, a evolução destas perceções ao longo do tempo.

Em suma, este estudo evidencia a necessidade de respostas institucionais sensíveis ao género e ao historial de vitimação de cada indivíduo, capazes de sustentar, de forma efetiva e não apenas discursiva, a adaptação ao quotidiano prisional e a preparação para a saída e a reintegração social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Babbie, E. R. (2013). *The practice of social research* (13th ed.). Cengage Learning.

Beauchamp, T. L., & Childress, J. F. (1994). *Principles of biomedical ethics* (4th ed.). Oxford University Press.

Blevins, K. R., Listwan, S. J., Cullen, F. T., & Jonson, C. L. (2010). A general strain theory of prison violence and misconduct: An integrated model of inmate behavior. *Journal of Contemporary Criminal Justice, 26*(2), 148–166. https://doi.org/10.1177/1043986209359369

Boeri, M., & Lamonica, A. K. (2015). Sampling designs and issues in qualitative criminology. In H. Copes & J. M. Miller (Eds.), *The Routledge handbook of qualitative criminology* (pp. 125–143). Routledge.

Bosworth, M. (1999). *Engendering resistance: Agency and power in women's prisons.* Ashgate. https://doi.org/10.4324/9781315256498

Bottoms, A. E. (1999). Interpersonal violence and social order in prisons. *Crime and Justice, 26,* 205–281.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trad.). Difel.

Bowen, G. A. (2008). Naturalistic inquiry and the saturation concept: A research note. *Qualitative Research, 8*(1), 137–152. https://doi.org/10.1177/1468794107085301

Braga, T., De Castro-Rodrigues, A., Di Folca, S. M. S., & Gonçalves, R. A. (2019). How dark are dark figures? Official and self-report rates of inmate-on-inmate victimization. *Victims & Offenders*, *14*(6), 745–757. https://doi.org/10.1080/15564886.2019.1627683

Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners.* SAGE.

Braun, V., Clarke, V., Hayfield, N., & Terry, G. (2019). Thematic analysis. In P. Liamputtong (Ed.), *Handbook of research methods in health social sciences* (pp. 843–860). Springer.

Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford University Press.

Burgess-Proctor, A. (2006). Intersections of race, class, gender, and crime: Future directions for feminist criminology. *Feminist Criminology, 1*(1), 27–47. https://doi.org/10.1177/1557085105282899

Carlen, P. (1983). *Women's imprisonment: A study in social control*. Routledge & Kegan Paul. https://doi.org/10.4324/9781003172185

Chesney-Lind, M., & Pasko, L. (2013). *The female offender: Girls, women, and crime* (3rd ed.). SAGE. https://doi.org/10.4135/9781483387567

Christie, N. (1986). The ideal victim. In E. A. Fattah (Ed.), *From crime policy to victim policy: Reorienting the justice system* (pp. 17–30). Macmillan.

Clemmer, D. (1940). *The prison community*. Christopher Publishing House.

Covington, S. S. (2007). The relational theory of women's psychological development: Implications for the criminal justice system. In R. Zaplin (Ed.), *Female offenders: Critical perspectives and effective interventions* (2nd ed., pp. 135–164). Jones & Bartlett.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum, 1989*(1), 139–167.

Crewe, B. (2009). *The prisoner society: Power, adaptation, and social life in an English prison.* Oxford University Press. https://doi.org/10.18192/jpp.v34i1.7356

Crewe, B. (2011). Depth, weight, tightness: Revisiting the pains of imprisonment. *Punishment & Society*, *13*(5), 509–529. https://doi.org/10.1177/1462474511422172

Crewe, B., Hulley, S., & Wright, S. (2017). The gendered pains of life imprisonment. *The British Journal of Criminology*, *57*(6), 1359–1378. https://doi.org/10.1093/bjc/azw088

Crewe, B., Liebling, A., & Hulley, S. (2015). Staff-prisoner relationships, staff professionalism, and the use of authority in public- and private-sector prisons. *Law & Social Inquiry*, *40*(2), 309–344. https://doi.org/10.1111/lsi.12093

Dhami, M. K., Ayton, P., & Loewenstein, G. (2007). Adaptation to imprisonment: Indigenous or imported? *Criminal Justice and Behavior*, 34(8), 1085–1100. https://doi.org/10.1177/0093854807302002

DiCicco-Bloom, B., & Crabtree, B. F. (2006). The qualitative research interview. *Medical Education*, *40*(4), 314–321. https://doi.org/10.1111/j.1365-2929.2006.02418.x

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2025). *Estatísticas e indicadores: Prisionais*. https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais

Drake, D. H. (2012). *Prisons, punishment and the pursuit of security*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9781137004833

Edgar, K., O'Donnell, I., & Martin, C. (2003). *Prison violence: The dynamics of conflict, fear and power.* Willan. https://doi.org/10.1093/bjc/43.4.820

Edison, S., & Haynie, D. L. (2023). Social support, victimization, and stress in a women's prison: The role of in-prison friendship for reducing perceptions of stress. *Women & Criminal Justice, 35*(4), 266–283. https://doi.org/10.1080/08974454.2023.2246955

Ellis, R. (2021). Prisons as porous institutions. *Theory and Society*, *50*(3), 463–487. https://doi.org/10.1007/s11186-020-09426-w

Facer-Irwin, E., Blackwood, N. J., Bird, A., Dickson, H., McGlade, D., Alves-Costa, F., & MacManus, D. (2019). PTSD in prison settings: A systematic review and meta-analysis of comorbid mental disorders and problematic behaviours. *PLoS ONE, 14*(9), e0222407. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0222407

Facer-Irwin, E., Blackwood, N., Bird, A., & MacManus, D. (2023). Trauma, post-traumatic stress disorder and violence in the prison population: Prospective cohort study of sentenced male prisoners in the UK. *BJPsych Open*, *9*(2), e47. https://doi.org/10.1192/bjo.2022.639

Fair, H., & Walmsley, R. (2024). *World prison population list* (14th ed.). Institute for Crime & Justice Policy Research.

Fattah, E. A. (1991). *Understanding criminal victimization: An introduction to theoretical victimology.* Prentice-Hall. https://doi.org/10.1177/026975809300200308

Fedock, G., Doria, C., & Malcome, M. (2024). "Scum (of the Earth)": Incarcerated mothers' experiences of slow violence. *Social Problems, 71*(4), 1068–1083. https://doi.org/10.1093/socpro/spac058

Field, A. (2013*). Discovering statistics using IBM SPSS statistics* (4th ed.). SAGE.

Flick, U. (2007). *Designing qualitative research*. Sage Publications.

Flick, U. (2009a). Ethics in criminal justice research. In U. Flick (Ed.), *An introduction to qualitative research* (4th ed., pp. 35–44). SAGE.

Flick, U. (2009b). Qualitative research: Why and how to do it. In U. Flick (Ed.), *An introduction to qualitative research* (4th ed., pp. 11–22). SAGE.

Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir: Naissance de la prison*. Gallimard.

Garland, D. (2001). *The culture of control: Crime and social order in contemporary society*. Oxford University Press.

Giallombardo, R. (1966). *Society of women: A study of a women's prison.* Wiley. https://doi.org/10.1177/000271626636800182

Goffman, E. (1961). *Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. Anchor Books.

Gomes, S., & Rocker, D. (2024). *Gender, prison and reentry experiences: A matter of time.* Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003301813

Gonçalves, L. C., & Gonçalves, R. A. (2012). Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. *Psicologia USP, 23*(3), 559–584. https://doi.org/10.1590/S0103-65642012005000013

Gonçalves, R. A. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (3.ª ed.). Quarteto.

Granja, R., Cunha, M. I., & Machado, H. (2015). Mothering from prison and ideologies of intensive parenting: Enacting vulnerable resistance. *Journal of Family Issues*, *36*(9), 1212–1232. https://doi.org/10.1177/0192513X14533541

Hagan, F. E. (2014). *Research methods in criminal justice and criminology* (9th ed.). Pearson.

Halsey, M., Armstrong, R., & Wright, S. (2017). 'F*ck it!': Matza and the mood of fatalism in the desistance process. *The British Journal of Criminology*, *57*(5), 1041–1060. https://doi.org/10.1093/bjc/azw041

Haney, C. (2002). *The psychological impact of incarceration: Implications for post-prison adjustment*. Papers prepared for the "From Prison to Home" Conference, 77–92.

Hoek, D. B. C., Barends, A. J., van Ginneken, E. F. J. C., & Kunst, M. J. J. (2025). The situational character of prison violence: an exploratory qualitative study. *Criminology & Criminal Justice*, 1–19. https://doi.org/10.1177/17488958251360953

Huebner, B. M., Kras, K. R., & Pleggenkuhle, B. (2019). Structural discrimination and social stigma among individuals incarcerated for sexual offenses: Reentry across the rural–urban continuum. *Criminology*, *57*(4), 715–738. https://doi.org/10.1111/1745-9125.12226

Ireland, J. L. (2002). *Bullying among prisoners: Evidence, research and intervention strategies.* Brunner-Routledge. https://doi.org/10.1017/CBO9780511730290.076

Irwin, J., & Cressey, D. R. (1962). Thieves, convicts and the inmate culture. *Social Problems,* 10(2), 142–155. https://doi.org/10.2307/799047

Kendall, S., Redshaw, S., Ward, S., Wayland, S., & Sullivan, E. (2018). Systematic review of qualitative evaluations of reentry programs addressing problematic drug use and mental health disorders amongst people transitioning from prison to communities. *Health & Justice*, 6(1), 4. https://doi.org/10.1186/s40352-018-0063-8

Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Eds.). (2002). *World report on violence and health*. World Health Organization. https://doi.org/10.1016/s0140-6736(02)11133-0

Kruttschnitt, C., & Gartner, R. (2003). Women's imprisonment. *Crime and Justice*, *30*, 1–81. https://doi.org/10.1086/652228

Kvale, S. (2007). *Doing interviews*. SAGE. http://dx.doi.org/10.4135/9781849208963

Liebling, A., & Arnold, H. (2004). *Prisons and their moral performance: A study of values, quality and prison life*. Oxford University Press https://doi.org/10.1093/oso/9780199271221.001.0001

Liebling, A., & Maruna, S. (Eds.). (2005). *The effects of imprisonment*. Willan. https://doi.org/10.4324/9781843926030

Listwan, S. J., Colvin, M., Hanley, D., & Flannery, D. (2010). *Victimization, social support, and psychological well-being: A study of recently released prisoners*. *Criminal Justice and Behavior, 37*(10), 1140–1159. https://doi.org/10.1177/0093854810376338

Longhurst, R. (2010). Semi-structured interviews and focus groups. In N. Clifford, S. French, & G. Valentine (Eds.), *Key methods in geography* (2nd ed., pp. 103–115). SAGE.

Luigi, M., Dellazizzo, L., Giguère, C.-É., Goulet, M.-H., & Dumais, A. (2020). Shedding light on "the hole": A systematic review and meta-analysis on adverse psychological effects and mortality following solitary confinement in correctional settings. *Frontiers in Psychiatry*, 11, 840. https://doi.org/10.3389/fpsyt.2020.00840

Marôco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS statistics* (6.ª ed.). ReportNumber.

Marshall, M. N. (1996). Sampling for qualitative research. *Family Practice*, *13*(6), 522–526.

Martens, S., & Crewe, B. (2025). Feeling (un)safe in prison: A comparative analysis of England & Wales and Norway. *The British Journal of Criminology*, *65*(3), 541–558. https://doi.org/10.1093/bjc/azae064

Maruna, S. (2001). Making good: *How ex-convicts reform and rebuild their lives.* American Psychological Association. https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/10430-000

Mason, J. (2002). *Qualitative researching* (2nd ed.). SAGE.

Matos, R., & Machado, C. (2007). Reclusão e laços sociais: Discursos no feminino. *Análise Social, 42*(185), 1041–1054. https://doi.org/10.31447/AS00032573.2007185.05

Maxfield, M. G., & Babbie, E. R. (2014a). Ethics and criminal justice research. In M. G. Maxfield & E. R. Babbie (Eds.), *Research methods for criminal justice and criminology* (pp. 54–80). Cengage Learning.

Maxfield, M. G., & Babbie, E. R. (2014b). Qualitative interviewing. In M. G. Maxfield & E. R. Babbie (Eds.), *Research methods for criminal justice and criminology* (pp. 263–296). Cengage Learning.

Maxfield, M. G., & Babbie, E. R. (2015). *Research methods for criminal justice and criminology*. Cengage Learning.

McGarry, R., & Walklate, S. (2015). *Victims: Trauma, testimony and justice*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203727379

McLennan, S., Meyer, L., Wangmo, T., Gaab, J., Elger, B., & Seaward, H. (2025). Psychological stressors of imprisonment and coping of older incarcerated persons: A qualitative interview study. *BMC Public Health*. https://doi.org/10.1186/s12889-025-21452-w

Miszewski, K. (2020). Adapting to isolation in prison. Concept review. *Resocjalizacja Polska, 20*, 155–172. https://doi.org/10.22432/pjsr.2020.20.11

Mourão, A., Sousa, M., Ferreira, M., Gonçalves, L., Caridade, S., & Cunha, O. (2025). Beyond recidivism: A systematic review exploring comprehensive criteria for successful reintegration after prison release. *Criminal Justice and Behavior.* https://doi.org/10.1177/00938548251335322

Nugent, B., & Schinkel, M. (2016). The pains of desistance. *Criminology & Criminal Justice*, *16*(5), 568–584. https://doi.org/10.1177/1748895816634812

Opsal, T. (2012). 'Livin' on the straights': Identity, desistance, and work among women post-incarceration. *Sociological Inquiry*, *82*(3), 378–403. https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.2012.00421.x

Owen, B. (1998). *"In the mix": Struggle and survival in a women's prison*. SUNY Press.

https://doi.org/10.1515/9781438415277

Pager, D. (2003). The mark of a criminal record. *American Journal of Sociology*, *108*(5), 937–975. https://doi.org/10.1086/374403

Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (6.ª ed.). Edições Sílabo. https://doi.org/10.13140/2.1.2491.7284

Piper, A., & Berle, D. (2019). The association between trauma experienced during incarceration and PTSD outcomes: A systematic review and meta-analysis. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology, 30*(2), 854–875. https://doi.org/10.1080/14789949.2019.1639788

Qu, S. Q., & Dumay, J. (2011). The qualitative research interview. *Qualitative Research in Accounting & Management,* 8(3), 238–264. https://doi.org/10.1108/11766091111162070

Ricciardelli, R. (2014). *Surviving incarceration: Inside Canadian prisons*. Wilfrid Laurier University Press. https://doi.org/10.51644/9781771120548

Ricciardelli, R., & Moir, M. (2013). Stigmatized among the stigmatized: Sex offenders in Canadian penitentiaries. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, *55*(3), 353–386. https://doi.org/10.3138/cjccj.2012.E22

Schinkel, M. (2014). *Being imprisoned: Punishment, adaptation and desistance*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9781137440839

Scraton, P., & Moore, L. (2006). Degradation, harm and survival in a women's prison. *Social Policy and Society, 5*(1), 59–71. https://doi.org/10.1017/S1474746405002757

Slotboom, A.-M., Kruttschnitt, C., Bijleveld, C., & Menting, B. (2011). Psychological well-being of incarcerated women in the Netherlands: Importation or deprivation? *Punishment & Society*, *13*(2), 176–197. https://doi.org/10.1177/1462474510396313

Snacken, S. (2010). Resisting punitiveness in Europe? *Theoretical Criminology, 14*(3), 273–292. https://doi.org/10.1177/1362480610370165

Soares, M. I. A. (2022). *Homossocialidade em prisões masculinas: Formação, manutenção e rotura de relações sociais informais em reclusos portugueses* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM.

Steiner, B., Ellison, J. M., Butler, H. D., & Cain, C. M. (2017). The impact of inmate and prison characteristics on prisoner victimization. *Trauma, Violence, & Abuse*, *18*(1), 17–36. https://doi.org/10.1177/1524838015588503

Sykes, G. M. (1958). *The society of captives: A study of a maximum security prison.* Princeton University Press.

Tolin, D. F., & Foa, E. B. (2006). Sex differences in trauma and posttraumatic stress disorder: A quantitative review of 25 years of research. *Psychological Bulletin, 132*(6), 959–992. https://doi.org/10.1037/0033-2909.132.6.959

van den Berg, C., Beijersbergen, K., Nieuwbeerta, P., & Dirkzwager, A. (2018). Sex offenders in prison: Are they socially isolated? *Sexual Abuse, 30*(7), 828–845. https://doi.org/10.1177/1079063217700884

Visher, C. A., & Travis, J. (2003). Transitions from prison to community: Understanding individual pathways. *Annual Review of Sociology*, 29, 89–113. https://doi.org/10.1146/annurev.soc.29.010202.095931

Wacquant, L. (2001). Deadly symbiosis: When ghetto and prison meet and mesh. *Punishment & Society*, *3*(1), 95–134. https://doi.org/10.1177/14624740122228276

Wacquant, L. (2009). *Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity.* Duke University Press.

Walford, G. (2005). Research ethical guidelines and anonymity. *International Journal of Research & Method in Education*, *28*(1), 83–93. https://doi.org/10.1080/01406720500036786

Walklate, S. (2004). *Gender, crime and criminal justice* (2nd ed.). Willan Publishing. https://doi.org/10.4324/9781843924180

Walklate, S. (2011). Reframing criminal victimization: Finding a place for vulnerability and resilience. *Theoretical Criminology*, *15*(2), 179–194. https://doi.org/10.1177/1362480610383452

Western, B., Braga, A. A., Davis, J., & Sirois, C. (2015). Stress and hardship after prison. *American Journal of Sociology*, *120*(5), 1512–1547. https://doi.org/10.1086/681301

Wilkinson, S., Joffe, H., & Yardley, L. (2004). Qualitative data collection: Interviews and focus groups. In D. F. Marks & L. Yardley (Eds.), *Research methods for clinical and health psychology* (pp. 39–55). SAGE. https://doi.org/10.4135/9781849209793.n3

Wolff, N., Blitz, C. L., Shi, J., Bachman, R., & Siegel, J. A. (2007). Physical violence inside prisons: Rates of victimization. *Criminal Justice and Behavior*, *34*(5), 588–599. https://doi.org/10.1177/0093854806296830

Zamble, E., & Porporino, F. J. (1988). *Coping, behavior, and adaptation in prison inmates*. Springer-Verlag.

ANEXOS:

Anexo I: Termo de Consentimento Informado

No âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, e sob a orientação da Professora Doutora Gilda Santos e coorientação da Professora Doutora Margarida Santos, Professoras Auxiliares desta Faculdade, encontro-me a desenvolver uma investigação, intitulada "Experiências de vitimação e violência nos estabelecimentos prisionais: uma perspetiva de género", que tem como principal objetivo analisar de que forma as experiências de vitimação e violência experienciadas em contexto prisional influenciam o processo de adaptação à prisão dos indivíduos, bem como a sua preparação para a saída e posterior reintegração social.

Para este efeito, a sua colaboração neste estudo implica o preenchimento de um breve questionário sociodemográfico e participação numa entrevista semiestruturada na qual se procurará explorar aspetos relacionados com as experiências de vitimação e violência vivenciadas durante o cumprimento da pena. Serão igualmente abordados aspetos relativos ao seu percurso e ao processo de adaptação ao contexto prisional, explorando-se questões relativas a dinâmicas relacionais, bem-estar físico e emocional, acompanhamento institucional, motivação e preparação para a saída e reintegração social. Prevê-se que a duração da entrevista não ultrapasse os 90 minutos.

Importa salientar que a sua participação neste estudo é voluntária, tendo sempre a possibilidade de não participar ou de desistir a qualquer momento, sem que haja para si prejuízo de qualquer natureza. Além disso, mesmo que aceite participar nesta investigação, V. Exª é livre para não responder a questões com as quais não se sinta confortável. Ressalva-se, contudo, que a participação neste estudo não comporta qualquer recompensa ou benefício ao nível do atual cumprimento da medida privativa de liberdade.

Caso consinta em participar no presente estudo, salvaguarda-se que todas as informações partilhadas no decurso da entrevista serão tratadas com estrita confidencialidade e anonimato. Os dados recolhidos serão processados apenas para fins da presente investigação e eventuais publicações académicas dela decorrentes, sendo garantido que nenhum elemento permitirá a identificação direta ou indireta do participante. Mais se informa que os dados serão

armazenados em local seguro durante o decorrer do projeto de investigação e eliminados após o fim do mesmo, sendo que nenhuma pessoa, para além da investigadora e das orientadoras do projeto, terá acesso aos dados.

Assim, caso consinta em participar na presente investigação, solicito, também, a sua autorização para proceder à gravação da entrevista em formato áudio, uma vez que tal facilita a transcrição da mesma e permite a obtenção de informação mais detalhada e rigorosa, assegurando-lhe que a gravação será acedida exclusivamente pelos investigadores.

Ao dispor para qualquer esclarecimento que considere oportuno,

Com os melhores cumprimentos,

Andreia Gomes.

Declaração de Consentimento Informado

Eu, _____ (por favor, escreva o seu nome), tomei conhecimento da investigação que se pretende realizar e compreendi os objetivos da mesma. Nesse sentido, _____ (por favor, escreva aceito/não aceito) participar no estudo "Experiências de vitimação e violência nos Estabelecimentos Prisionais: uma perspetiva de género", desenvolvido no âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Mais declaro que compreendo que a minha participação nesta investigação é voluntária, estando ciente da possibilidade de desistência a qualquer momento, sem que haja prejuízo de nenhuma natureza para mim.

Mais declaro que tomei conhecimento que toda a informação obtida não conterá qualquer dado pessoal que me possa identificar, assim como será utilizada apenas para fins exclusivamente desta investigação, sendo assegurado o meu anonimato e confidencialidade.

Por fim, declaro que _____ (por favor, escreva autorizo/não autorizo) a gravação da entrevista em formato áudio.

Data ___/___/_____

Assinatura_____

Anexo II: Questionário Sociodemográfico

Exmo.(a) Senhor(a),

O presente questionário sociodemográfico foi desenvolvido no âmbito da elaboração da minha Dissertação de Mestrado, integrada no 2.º Ciclo de Estudos em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Gilda Santos e coorientação da Professora Doutora Margarida Santos, Professoras Auxiliares desta Faculdade. A investigação, intitulada "*Experiências de vitimação e violência nos estabelecimentos prisionais: uma perspetiva de género*", tem como principal objetivo analisar de que forma as experiências de vitimação e violência vivenciadas em contexto prisional influenciam o processo de adaptação à prisão, bem como a preparação para a saída e a posterior reintegração social dos indivíduos a cumprir medida privativa de liberdade.

Neste sentido, o presente questionário encontra-se organizado em dois grupos de questões que visam recolher informação relativa a alguns aspetos da sua vida e do cumprimento da medida privativa da liberdade.

Relembra-se que são garantidos o anonimato e a confidencialidade de todas as respostas fornecidas, sendo estas utilizadas exclusivamente para fins académicos e de investigação científica, não sendo possível, em momento algum, a identificação dos participantes com base nos dados recolhidos. Importa, igualmente, salientar que a participação neste estudo é inteiramente voluntária, podendo optar por não responder a alguma questão ou desistir da sua participação a qualquer momento, sem que daí advenha qualquer prejuízo de natureza pessoal ou institucional. A participação neste estudo não comporta qualquer tipo de recompensa ou benefício no âmbito do cumprimento da pena privativa de liberdade.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade para colaborar neste projeto de investigação, colocando-me ao dispor para qualquer esclarecimento adicional que considere necessário.

Grupo I:

Em seguida são apresentadas algumas questões sobre si e sobre aspetos da sua vida.

1. **Qual a sua idade:** _____
2. **Indique o seu sexo:**

   ☐ Feminino

   ☐ Masculino

   ☐ Outro

   ☐ Prefiro não responder

3. **Indique qual a sua nacionalidade:**
   ☐ Portuguesa

   ☐ Outra. Qual? _____

   ☐ Prefiro não responder

4. **Qual o nível de escolaridade mais elevado que completou?**
   ☐ Nenhum

   ☐ Ensino Básico (até ao 4º ano)

   ☐ Ensino Básico (até ao 6º ano)

   ☐ Ensino Básico (até ao 9º)

   ☐ Ensino Secundário

   ☐ Ensino Superior (Licenciatura, Mestrado, Doutoramento)

5. **Antes de entrar neste estabelecimento prisional, encontrava-se:**
   ☐ Empregado/a por conta de outrem
   ☐ Trabalhador/a por conta própria
   ☐ Desempregado/a
   ☐ Reformado/a
   ☐ Estudante
   ☐ Outra situação: _____

6. **Antes de entrar neste estabelecimento prisional qual era o seu estado civil:**
   ☐ Solteiro/a
   ☐ Casado/a / União de facto
   ☐ Divorciado/a / Separado/a
   ☐ Viúvo/a

   6.1 Durante o cumprimento da pena, ocorreu alguma alteração no seu estado civil?

   ☐ Não
   ☐ Se sim, qual? _____

7. **Com quem vivia antes da reclusão?**

(Pode assinalar mais do que uma opção)

☐ Vivia sozinho/a

☐ Cônjuge/companheiro/a

☐ Filhos

☐ Outros familiares

☐ Outra situação: _____

8. **Tem filhos?**
   ☐ Não

   ☐ Sim → Quantos? _____

9. **Antes da reclusão, como classificaria a sua classe social?**
   ☐ Baixa

   ☐ Média-baixa

   ☐ Média

   ☐ Média-alta

   ☐ Alta

Grupo II:

Em seguida, apresentam-se algumas questões relacionadas com o cumprimento da pena privativa de liberdade e a vivência institucional.

10. **Qual o crime pelo qual foi condenado?** _____

11. **Tempo total da pena aplicada:**

    _____anos/ _____meses

12. **Tempo de pena já cumprido:**

    _____anos/ _____meses

13. **Esta é a primeira vez que se encontra a cumprir uma pena privativa de liberdade?**
    ☐ Não

    ☐ Sim

    ☐ Prefiro não responder

14. **Participa atualmente em algum tipo de atividade no estabelecimento prisional?**
    ☐ Não

    ☐ Sim → **Quais?**

    ☐ Formação

☐ Trabalho prisional

☐ Programas de reinserção social

☐ Outras: _____

15. **Antes da reclusão, já tinha sido vítima de algum tipo de violência?**
☐ Não

☐ Sim → **Quais?**

☐ Física

☐ Psicológica

☐ Emocional

☐ Sexual

☐ Outra

☐ Prefiro não responder

16. **Durante o cumprimento da pena, considera já ter sido vítima de alguma situação de violência ou vitimação?**
☐ Não

☐ Sim → **Quais?**

☐ Física

☐ Psicológica

☐ Emocional

☐ Sexual

☐ Outra

☐ Prefiro não responder

Obrigada pela sua colaboração!

Anexo III: Guião de Entrevista Semiestruturada

Dimensões	Subdimensões	Tópicos	Questões Tipo
Questão Introdutória		Síntese avaliativa da experiência prisional	Gostaria de começar esta entrevista com uma questão mais geral: se lhe fosse pedido que descrevesse a sua experiência no Estabelecimento Prisional, desde o início do cumprimento desta pena, em apenas quatro ou cinco palavras, o que diria? Pode explicar-me porque razão escolheu essas palavras?
Adaptação ao contexto prisional	- Rotinas e regras institucionais; - Integração relacional e vivência no quotidiano prisional;	Significados atribuídos à entrada na prisão e ao período inicial de reclusão; - Fatores que influenciam a adaptação às normas e às rotinas institucionais; impacto das interações sociais no quotidiano prisional;	Atualmente, como descreveria a forma como se sente no estabelecimento prisional? Considera que, ao longo do tempo, se foi adaptando a este contexto? E o que acha que mais facilitou ou dificultou esse processo?

Experiências de vitimação e violência	- Vivência e interpretação da violência no meio prisional; - Perceção de segurança e vulnerabilidade; - Bem-estar físico, psicológico e emocional;	Perceções sobre como o conceito de violência se expressa em meio prisional; tipos e formas de violência observadas; impacto dessas experiências na vivência da reclusão;	A prisão é um espaço muito "particular" no que diz respeito às questões da ordem, da segurança e da convivência diária. Da sua experiência neste estabelecimento prisional, como descreveria estes elementos? De um modo geral, sente-se seguro neste contexto? Pode-me explicar o que o leva a sentir-se assim? Ao longo do seu percurso, viveu ou presenciou alguma situação que considere que tenha colocado em causa o seu bem-estar físico, psicológico ou emocional? Se sim, pode falar-me um pouco sobre essa experiência? E como diria que esta experiência que me acabou de descrever o impactou?

			Levou a alguma mudança, por exemplo, nas suas rotinas, nas suas relações dentro da prisão ou na participação em atividades?
Respostas Institucionais e Apoio Técnico	- Intervenção e apoio formal da instituição; - Relação com profissionais e figuras institucionais;	Forma como a instituição reage a episódios de violência; Perceção sobre a acessibilidade e eficácia dos e mecanismos formais de denúncia e proteção; Avaliação do acompanhamento técnico e dos apoios disponibilizados;	Perante essas experiências, como descreveria a forma como o estabelecimento prisional lidou com o ocorrido? Acha que poderia ter sido feito algo de forma diferente? O quê? Como descreveria a sua relação com os guardas prisionais e com os técnicos após essas experiências? Sentiu alguma mudança?
Saída da prisão e perspectivas sobre a reintegração social	- Influência das vivências na projeção do futuro; - Necessidades no processo de reinserção;	Ligação entre experiências vividas na prisão e expectativas face à saída; Avaliação dos apoios para reinserção; Avaliação dos apoios para a reinserção; Aprendizagens pessoais e mudanças percebidas	Na sua opinião, de que forma as experiências que viveu em contexto prisional influenciaram a forma como encara a sua saída e o seu futuro fora da prisão?

		que poderão influenciar a reintegração;	Considera que essas experiências tiveram impacto nas ações concretas ou nas decisões que têm vindo a tomar para se preparar para a saída? Pode dar-me exemplos? Que apoios considera terem sido, ou poderem vir a ser, mais relevantes neste processo de preparação para a saída? Há algum aspeto que considere ter ficado por trabalhar ou que poderia ter sido diferente na sua preparação para a reintegração social? De forma a finalizar existe algo que queira acrescentar?

Obrigada pela sua colaboração!

FACULDADE DE **DIREITO**